COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

# Relatório Sobre a Fortaleza de Gurupá

Palma Muniz

fac-similado N.º 129

CULTURA
Edições
Governo do Estado

# RELATÓRIO SOBRE A FORTALEZA DE GURUPÁ

COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
José Melo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
Robério Braga

SECRETÁRIAS EXECUTIVAS
Mimosa Paiva
Elizabeth Cantanhede

ASSESSOR DE EDIÇÕES
Antônio Auzier

Secretaria de
**Estado de Cultura**

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 - Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633.2850 / 3633.3041 / 3633.1357
Fax.: (92) 3233.9973
E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br
culturadoam.blogspot.com
facebook.com/culturadoamazonas
www.culturamazonas.am.gov.br

PALMA MUNIZ

# RELATÓRIO SOBRE A FORTALEZA DE GURUPÁ

(FAC-SIMILADO)

COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

CULTURA
Edições
Governo do Estado

Copyright © 2009 Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado de Cultura

Coordenação Editorial
Antônio Auzier Ramos

Projeto Gráfico
KintawDesign

M966r Muniz, Palma.

Relatório sobre a fortaleza de Gurupá. / Palma Muniz (fac-similado). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado de Cultura, 2004.

64 p. Coleção Documentos da Amazônia n.º 129

1. Pará – História 2. Gurupá (PA) – História 3. Fortaleza de Gurupá – Relatórios. I. Título.

CDD 981.15 21. ed.

*Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com foco na geração de oportunidades para novos talentos.*

Omar Aziz

Mansagem proferida pelo Governador
Omar Aziz à Assembleia Legislativa do
Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

# APRESENTAçãO

Uma das formas de controle da região amazônica foi à edificação de fortes ao longo dos rios, situados em posições estratégicas, capazes de representar a presença armada, militar, da Coroa, influir na organização de aldeamentos indígenas, simbolizar a formação de núcleos urbanos, indicar a presença da civilização européia.

Assim sucedeu coma Fortaleza de Gurupá, matéria que é objeto da presente reedição, em que se cuida de trazer a público o Relatório sobre a Fortaleza de Gurupá apresentado ao dr. Dionysio Ausier Bentes, então governador do Estado do Pará pelo engenheiro civil Palma Muniz, e editado em Belém em 1927.

Os cuidados do governo em determinar um exame pericial e técnico das condições da Fortaleza naquele ano de 1927, se dirigiam ao que se depreende do mesmo material, para o objetivo de restauração, na condição de próprio público federal, à época sob a responsabilidade administrativa do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, pasta que era ocupada pelo dr. Gemimano de Lyra Castro.

Embora na condição de diretor das obras públicas do Pará, o dr. Palma Muniz não se ateve às condições físicas do imóvel, mas cuidou de recuperar as indicações históricas desde julho de 1623, valendo-se de documentos e referências biblio gráficas consolidadas, de modo a trazer ao conhecimento daquela geração informes precisos sobre a relevância da Fortaleza, sua forma construtiva, planta e fundamentos históricos.

Alongando-se, com certa precisão nos estudos históricos e na evolução do processo político e militar da região, ao final do Relatório o zeloso oficial do governo estadual indicou ao governador as condições em que resistia, o que precisa ser recuperado, merecer obras de conservação, sendo de boa conservação as muralhas existentes; construções internas que careciam de ser refeitas, o material bélico era quase todo imprestável, mas o que indicava era a possibilidade de sua completa recuperação, fazendo questão de juntar ao original do relatório, fotografias, plantas, e orçamentos conforme as necessidades de obras e serviços de engenharia urgentes e necessários.

O autor era, já àquela altura, uma figura respeitada, responsável por vários relatórios já editados, conferencista, estudiosos dos problemas de engenharia, limites e demarcações de terras no Pará, atento aos problemas do Pará e do Amazonas, notadamente no caso de limites fixados no outeiro de Maracá-Açu e a Serra de Parintins, merecendo, portanto, todos os encômios no novo trabalho, e tendo oferecido de si, esforços especiais na recuperação de uma memória histórica da Fortaleza que agora ressurge para conhecimento mais amplo nos dias que correm.

Robério Braga
Secretário de Cultura

# RELATORIO

SOBRE A

# FORTALEZA DE GURUPÁ

APRESENTADO AO EXMO. SNR.

*Dr. Dionysio Ausier Bentes*

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

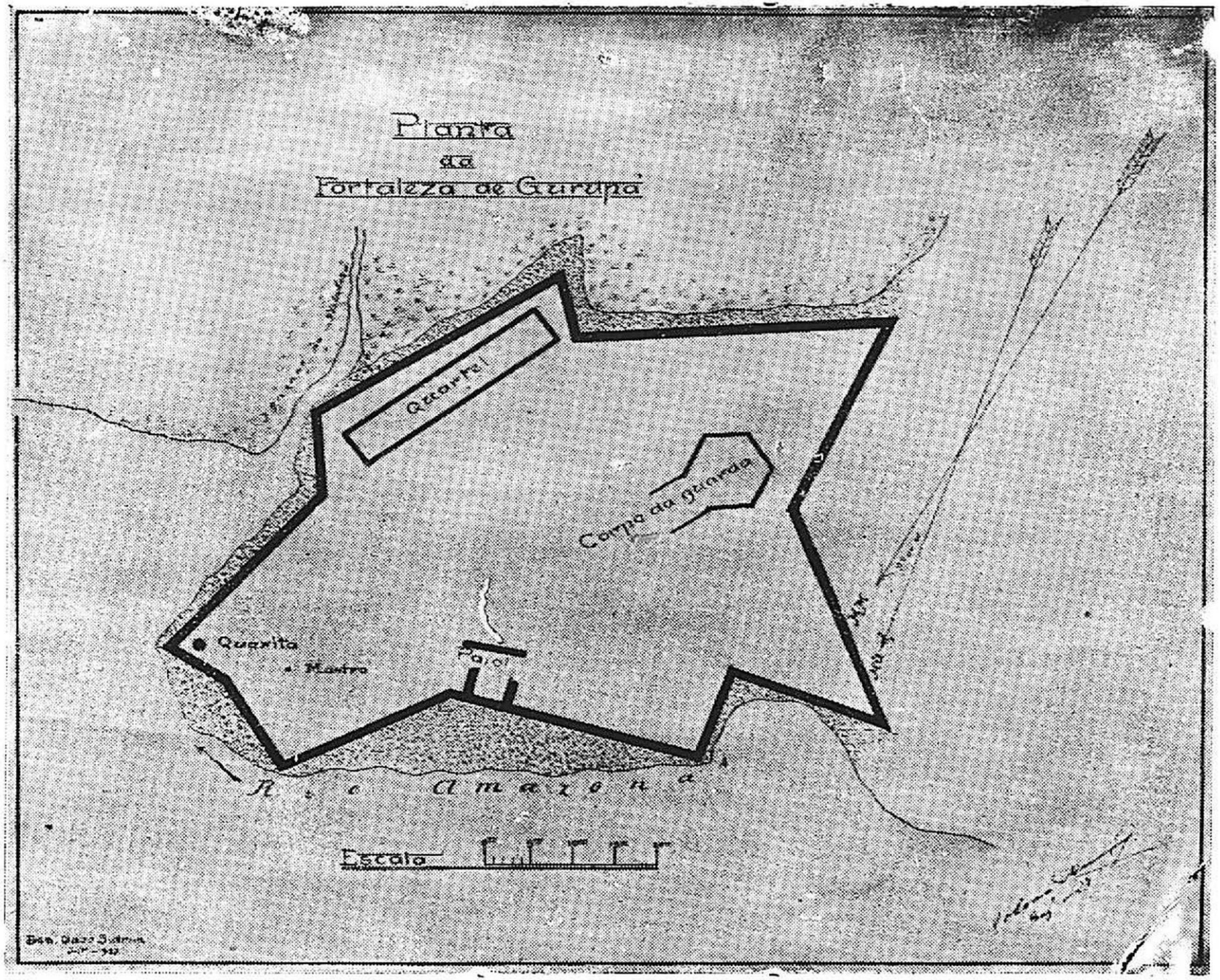
Pelo engenheiro civil

PALMA MUNIZ

BELEM—PARÁ

**Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré**
( Escola Profissional do Estado )

1927


Planta
da
Fortaleza de Gurupá
Quartel
Corpo da guarda
Quarita
Mastro
Paiol
Rio Amazonas
Escala

*Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado.*

Dando cumprimento á recommendação de V. Exc., contida no officio n. 1994, de 2 de setembro do anno corrente, do Snr. Dr. Secretario Geral do Estado, resolvi seguir para a cidade de Gurupá, afim de examinar a antiga fortaleza, verificar as suas condições actuaes e possibilidades de restauração, tendo em vista ainda as indicações constantes da carta de 13 de julho, do Exmo. Snr. Dr. Geminiano de Lyra Castro, Ministro da Agricultura, Industria e Commercio.

Em desempenho dessa commissão, tenho a honra de submetter á consideração de V. Exc. o *Relatorio* annexo, pelo qual poderão ser apreciadas as circumstancias em que encontra-se aquelle proprio federal, abandonado desde o periodo colonial.

Havendo sido uma testemunha de interessantes e mesmo gloriosos fastos da historia do Pará, tem direito a recordações do passado, antes da fria exposição technica do seu estado actual e dos algarismos indicativos do numerario necessario para a sua restauração.

Por esse motivo, peço venia a V. Exc. para fazer um rapido esboço do seu passado, lembrando ainda alguns nomes dos que por ella passaram, uns em cumprimento de rigido dever, outros pelo espirito de aventuras ousadas.

Julgo com este *addendum* haver bem desempenhado a missão que me tocou como engenheiro da Repartição de Obras Publicas, levar a effeito.

Apresento a V. Exc. as minhas mais attenciosas

Saudações.

***Palma Muniz.***

Director interino da Repartição de O. Publicas.

Belem, 15 de novembro de 1927.

# FUNDAÇÃO DO FORTE DE GURUPÁ

## (Julho de 1623)

A chamada *Conquista do Maranhão* iniciou-se como facto concreto nas cogitações da Metropole em 1611, conforme a carta regia de 19 de janeiro a D. Diogo de Menezes. Respondendo este governador geral do Brasil a El-Rei a 1 de março de 1612, julgara «importantissima a jornada e de necessidade fazer-se», propondo a creação de tres novas capitanias, incluindo nellas o Maranhão (1).

Ao governador geral Gaspar de Souza, entretanto, coube a tarefa de promover a conquista do norte, iniciada em 1613 pela expedição sob o mando de Jeronymo de Albuquerque, secundada em 1615 pela commandada por Alexandre de Moura, levando já este o titulo de «capitão-mór da conquista do Maranhão».

Dando brilho ás armas portuguezas, assenhoreou-se Moura do Maranhão em 3 de novembro, ainda da 1615, e delegou, pelo regimento de 22 de dezembro seguinte, a Francisco Caldeira de Castello Branco a conquista da Capitania do Grão-Pará, iniciada em janeiro de 1616 pela fundação da cidade de Belem, á margem da bahia do Guajará.

Representava a palissada, então levantada na ponta da terra firme attingida pelos portuguezes em 11 de janeiro daquelle milenio, segundo os calculos da carta do Arcebispo de Lisboa (2), o começo da serie de luctas emprehendidas para a incorporação da Amazonia ao territorio do Brasil.

De um lado a resistencia do aborigene e a urgencia da expulsão de extrangeiros invasores, de outro, as enormissimas difficuldades oriundas da complicada e desconhecida geographia dos territorios, recortados de aguas volumosas, verdadeiro oceano incognito a devassar, constituiam os ingentes obstaculos a serem vencidos pelas armas e dominados pela tenacidade dos portuguezes.

---

1)—Docs. para a hist. da conq. e col. da costa leste-oeste do Brasil. Bibl. Nac.
2)—Carta de 4 de setembro de 1616. Cod. manuscr. do Museu Paulista.

Habituados ás luctas e dominados por um espirito de aventuras, ainda não arrefecido, atiraram-se os seus capitães á grande campanha, de verdadeira conquista territorial, no intuito de crear e instituir a estabilidade do dominio luso nos novos territorios e nas suas aguas.

A cidade de Belem tornou-se o centro da irradiação de todos os emprehendimentos, nella consolidando-se a installação portugueza depois de vencido e morto o celebre Guaimiaba.

Antes dos portuguezes, já francezes, inglezes e hollandezes haviam perlustrado as aguas amazonicas, com idéas de conquistas territoriaes, noticia encontrada por Castello Branco, ao fundar a nossa capital, em confirmação das anteriormente divulgadas, motivo preponderante das expedições lusas levadas a effeito para o norte.

A Capitania do Grão-Pará, fundada por aquelle capitão-mór ficou constituida pelos territorios comprehendidos entre a do Maranhão, até alem do Cabo do Norte, a entestar com os ditos dominios proprios da corôa de Castella (3).

Consideravam os portuguezes como pertencentes a Portugal todos os territorios comprehendidos entre esses limites. Achando-se a corôa portugueza cingida pelos soberanos hespanhoes, não cogitou-se do celebre merediano de Tordezilhas (4), pelo que o trabalho de expansão, na bacia Amazonica, distendeu-se para oeste sem preoccupação alguma.

E conduziu este ponto de vista os capitães-móres a esforçarem-se pela dominação completa dos territorios, e, immediatamente á fundação da cidade de Belem, iniciaram a grande campanha da expulsão dos inglezes, hollandezes e francezes da bacia amazonica.

Attingir o ric das Amazonas, constituiu logo ideal de varios capitães, não somente por espirito de aventura, como ainda pelo desejo de terçar armas, demonstrar valor e conquistar terras.

Em 1619, em carta a El-Rei, escrevia o capitão Manoel de Souza d'Eça dizendo « o que de presente se deve procurar, he o descobrimento do rio Corupá, onde está a força do gentio e dizem aver gente branca » (5).

De facto, na região de Gurupá estiveram os hollandezes, com feitoria, fundada em Mariocai, tendo trato com os indigenas e até possuindo já posto fortificado, primeiro assento de pretendida colonização estavel.

---

3)—Castello Branco foi deposto de capitão-mór em 14 de setembro de 1618; succedeu-lhe Balthazar Rodrigues de Mello até 29 de abril de 1619; Jeronymo Fragoso de Albuquerque até 1 de setembro de 1619; Mathias de Albuquerque até 20 de setembro de 1619; duumvirato de Custodio Valente e Fr. Antonio da Mercena, até fins de 1619; triumvirato desses dois e mais o capitão Pedro Teixeira, em principio de 1620; duumvirato de Custodio Valente e Pedro Teixeira, até maio de 1620; Pedro Teixeira, até 18 de julho de 1621; e Bento Maciel Parente, até 6 de outubro de 1626.

Esses governos eram directamente subordinados ao governador geral do Brasil.

As duas capitanias do Maranhão e Grão-Pará passaram a constituir o Estado do Maranhão e Grão-Pará pelo acto real de 13 de junho de 1621, somente installado em 1626, com a chegada do primeiro governador e capitão-general Francisco Coelho de Carvalho.

4)—Na hypothese mais favoravel a Portugal, 49°45', segundo Diogo Ribeiro (1529), a Capitania de Gurupá ficaria fóra dos dominios portuguezes.

5)—Docs. para a hist. da conq. e col. da costa leste-oeste do Brasil. 1903. Bibl. Nac.

Offerecia-se aquelle capitão para expulsal-os daquellas paragens, bem como para o «descobrimento do Cabo do Norte que dista pouco do rio Corupá, onde vão todos os annos ingrezes e olandezes ao resgate de tabaco etc.» (6).

Em virtude desse aviso, resolve a Metropole mandar o capitão Luiz Aranha de Vasconcellos (7) expulsar todos os estrangeiros existentes no rio Amazonas, como si se tratasse de rapida empreza.

Via Pernambuco, dirige-se esse capitão ao Grão-Pará, aportando em Belem a 20 de Abril de 1623.

Exercia as funcções de capitão-mór Bento Manoel Parente, a quem apresentou-se Aranha de Vasconcellos com as instrucções recebidas em Lisbôa.

Em obediencia ás ordens reaes, organizou aquelle capitão-mór a expedição com seis canoas e um bergantim, tripolando-a com os soldados de que podia dispor, indios frecheiros e indios praticos do dedalo de canaes e ilhas da região, á frente della partindo Aranha de Vasconcellos, de Belem, a 31 de maio de 1623. Acompanhou a expedição o piloto Antonio Vicente Cochado.

Attingido o furo do Tajapurú, recebeu o commandante a noticia de achar-se o logar de Mariocai fortificado e artilhado e nas suas aguas uma náo de guerra hollandeza. Como medida de prudencia, despachou uma canoa de indios a verificar a informação.

Na realidade lá encontravam-se os hollandezes e as forças de que dispunha eram superiores ás suas, não lhe sendo possivel enfrental-as.

Nesta emergencia resolveu solicitar reforços ao capitão-mór. Este, tambem, avisado da presença daquelles estrangeiros na região do Mariocai, preparara uma expedição auxiliar, composta de um caravellão e vinte e duas canoas, conduzindo 70 soldados e 1.000 indios frecheiros e remadores, sob o seu commando, a qual sahiu do porto de Belem a 18 de junho de 1623.

Encontraram-se todos os expedicionarios na região dos furos.

Em conselho militar, sob a presidencia de Bento Maciel Parente, e presentes os capitães Aranha de Vasconcellos, Pedro Teixeira, Salvador de Mello, Manoel Mota de Figueiredo, Miguel da Costa e Ayres de Souza Chichorro, e alferes Pedro da Costa Favella, Antonio de Amorim e Francisco de Medina, depois de tomar conhecimento da situação, deliberaram unanimemente fazer um ataque geral aos inimigos, com todas as forças, um caravellão, um bergantim e vinte e oito canoas.

Preparada a flotilha, sahiu bocca do Tajapurú a fóra, rumando rio Amazonas acima, em ordem de batalha.

Renhido desenvolveu-se o ataque, tanto ao posto fortificado como á náo de guerra.

O pequeno forte foi tomado e a náo, vendo-se abordada, foi incendiada pelos seus proprios tripolantes, dos quaes um somente escapou com vida, sendo aprisionado.

---

6)—Idem, ibidem.

7)—Instrucções de 4 de maio de 1622.

As canoas dos capitães Pedro Teixeira, Aranha de Vasconcellos e Ayres Chichorro, acossadas por ventos contrarios, somente tomaram parte já no fim do combate.

Distinguiram-se neste brilhante feito, alem dos officiaes acima nomeados, os sargentos Antonio Fernandes Ribeiro e João Mourão, o cabo de esquadra Pascoal Rodrigues e os soldados Pedro Baião Rodrigues e Balthazar do Valle.

O alferes Antonio de Amorim, da guarnição de Bento Manoel Parente, salientou-se pela afoiteza e heroismo com que atacou os postos hollandezes.

Perderam os portuguezes quatro soldados mortos e todos ficaram mal feridos na acção. (8)

Tomadas as posições hollandezas, resolveu Bento Maciel Parente definitivamente occupal-as, como situação já conhecida pelos hollandezes e a resguardar. Fez restaurar as palissadas, bem como o forte provisorio tomado, denominando-o «Santo Antonio do Corupá», e dando-lhe como commandante o capitão Luiz Aranha de Vasconcellos incumbencia de continuar a campanha contra os estrangeiros invasores com a do rio Amazonas.

Occorreram o combate contra os hollandezes e a tomada de Mariocai em principios de julho de 1623, devendo desse mez ser contada a fundação da actual cidade de Gurupá, decorrente da effectiva posse dos portuguezes no local e da creação do forte de «Santo Antonio do Gurupá», por Maciel Parente.

Este, depois do glorioso feito, tomou o orgulhoso appellido de— *primeiro descobridor e conquistador do rio Amazonas.*

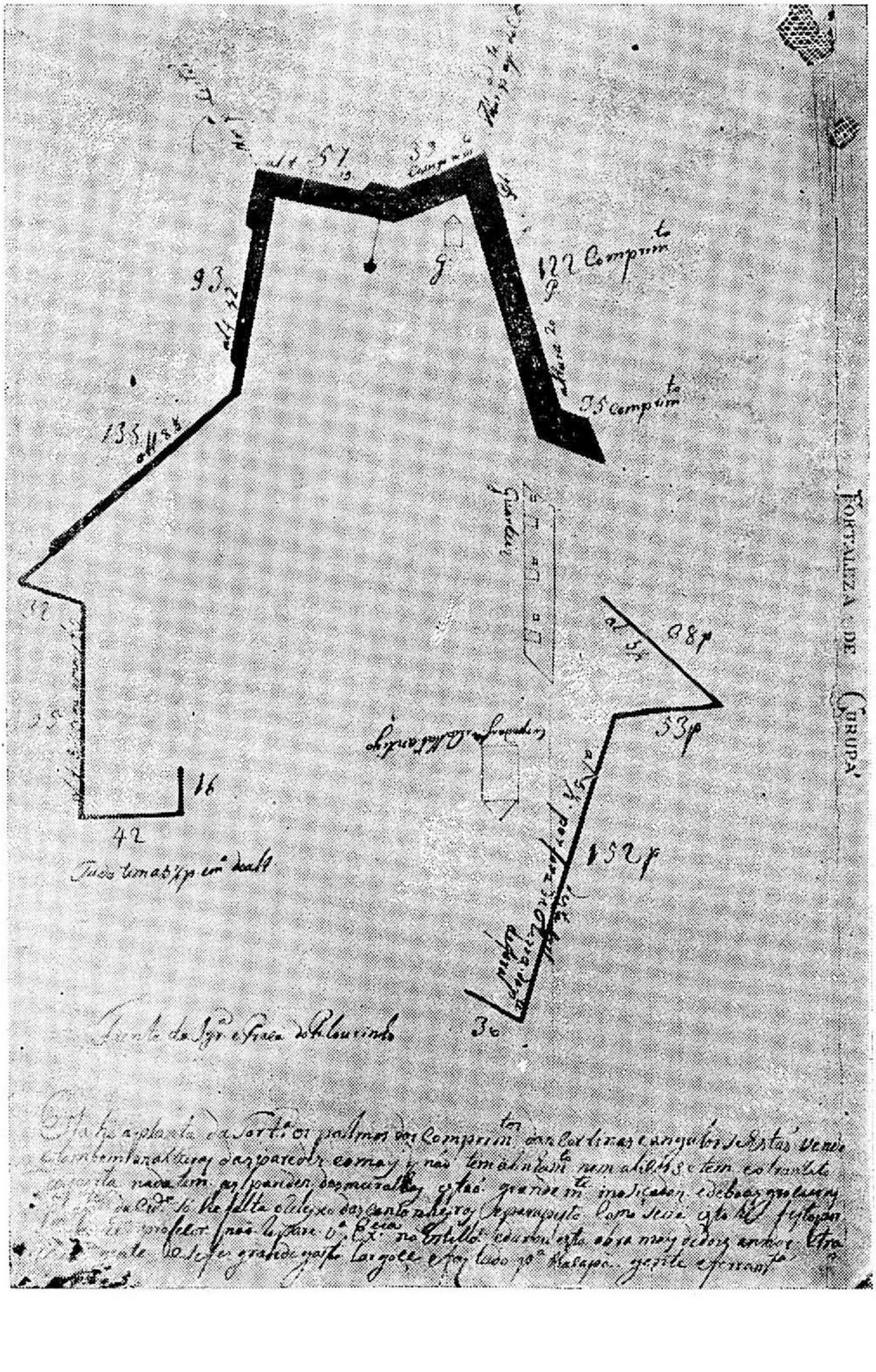
Não existe documentação sobre a natureza e configuração daquelle primeiro forte, que, entretanto, foi construido e artilhado, de modo a ter efficiencia, como de facto ficou demonstrado nos ataques contra elle levados a effeito, em 1629, por uma náo ingleza, ao mando do capitão Roger North, e, em 1639, pelo ultimo patacho, armado de 20 canhões, enviado pela Companhia Hollandeza das Indias Occidentaes (9) á Amazonia, com intuitos de conquista e commercio.

Ao capitão-mór Bento Maciel Parente pertence a gloria da fundação de Gurupá, presumivelmente na primeira quinzena de julho de 1623, em dia ainda não verificado.

---

8)—Mendes Cavalleiro. *Fastos Paraenses.*

9—Annaes da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. IV.


FORTALEZA DE GURUPÁ
122 Comprimto
75 Comprimto
93
42
16
53 p
152 p

# A CAPITANIA DE GURUPÁ

## Até o fim do seculo XVII

A' fundação do *Forte de Santo Antonio do Gurupá* parece ter presidido a idéa de effectivamente occupar uma posição já conhecida dos invasores estrangeiros, hollandezes principalmente, onde estes ultimos estabeleceram feitoria com trabalhos de fortificação provisoria, ao tempo da sua expulsão.

Aos capitães portuguezes de então afigurou-se certamente a necessidade de crear uma base de operações, afim de continuar a campanha de expurgo do estuario amazonico daquelles aventureiros, comquanto ainda não bem conhecida a sua expansão nas terras regadas pelo baixo rio-mar.

Vencida a primeira grande batalha, naval e terrestre ao mesmo tempo, não convinha abandonar a posição conquistada.

Fortificar o local era a solução aconselhada.

De facto a tomada de Mariocai representava o primeiro avanço da conquista do rio Amazonas e de sua immensa bacia.

Examinando actualmente a situação de Gurupá, verifica-se estar collocada em uma ponta de terra firme, lavada pelas aguas amazonicas, em extensão pouco superior a um kilometro e estendendo-se para o centro, em continuidade do planalto divisor das aguas do rio Xingú com as do Tocantins.

« Demora Gurupá em um terraplano eminente ao rio, 1º 19' sul, capaz de toda a fortificação que se quizer fazer, e muito sadio pelas razões já dadas, donde fortificando-nos como recolhidos das nossas casas, poderiamos varejar as fronteiras, sem necessidade de nos ir pôr á barreira do risco de ficar um dia em cerco de qualquer nação, que para isso se preparasse com mais poder» (1), explicava o P. João de Souza Ferreira.

---

1) — *America Abreviada.* Rev. do Inst. Hist. Bras. Tomo LVII. Parte I. 1894. Pag. 39.

Abaixo as varzeas são largas, e, acima, somente nas proximidades da fóz do Xingú, avança novamente a terra firme sobre o grande rio.

Nessa zona era «numeroso o gentio que lá existia», dizem as noticias do tempo, sendo esta a razão da approximação dos estrangeiros, a procura de especiarias da terra, e um forte motivo para os portuguezes não abandonarem o posto (2).

De facto nessa região assentaram suas aldeias numerosos indios tupinambás, e o aspecto interior da grande lombada de terra firme demonstra haver sido grandemente habitado em tempos idos, não somente pela pobreza da terra, vastamente roteada com roças, como pela ausencia de mattas virgens, sendo os terrenos actualmente inteiramente devolutos, de propriedade do Estado do Pará.

Erigida e fortaleza de Santo Antonio, que parece ter sido primitivamente de taipa de pilão, principiaram a surgir as barracas em torno e depois distendidas para o lado de cima do forte, formando um povoado, por elle abrigado.

Desse centro, como base de operações, sahiu Aranha de Vasconcellos, seu primeiro commandante, a desalojar os hollandezes das feitorias de Maturú e de Nassau (3); irradiou a campanha a indios inimigos e aos inglezes. Ainda em 1623, foi aquelle commandante substituido pelo capitão Jeronymo de Albuquerque, por nomeação de Bento Maciel Parente.

Sendo capitão-mór do Grão-Pará Manoel de Souza d'Eça (4) e tendo noticia da existencia de estrangeiros fortificados no Torrego (Tauerege), organizou uma expedição sob o mando do capitão Pedro da Costa Favella, constituida de 30 soldados portuguezes, 800 indios frecheiros em 40 canoas, afim de desalojal-os.

Apezar do esforço, não conseguiu o valente capitão o seu intento, depois de porfiada lucta, por ser o inimigo mais forte.

Retirou-se para Gurupá, de onde mandou aviso para Belem. De passagem encontrava-se nesta cidade o governador e capitão-general Francisco Coelho de Carvalho, que, ao receber a noticia, provisionou o capitão Pedro Teixeira para a nova campanha, fazendo-o acompanhar do capitão Ayres de Souza Chichorro.

Seguindo por Cametá, a aprovisionar-se de generos e de indios, uniu-se a Costa Favella em Gurupá.

---

2) — No logar *Munituba*, pouco acima da cidade de Gurupá, na região da terra firme, existe uma grande extensão das chamadas *terras pretas*, recobrindo depositos antigos de conchas calcareas dos chamados uruás. E' um verdadeiro *sambaqui*, digno de estudo, demonstrando antiguidade. Acha-se a respectiva situação indicada no mappa do Municipio de Gurupá annexo a este RELATORIO. Era conhecido dos portuguezes, do periodo colonial, pois vemol-o citado pelo Sargento-mór Gronfeld, como grande deposito de *sernambi*, proprio para a fabricação da cal. *( Carta de Gronfeld, em 3 de março de 1763. Corresp. de dio. com o gov. 1752-1764. Cod. manuscr. do Arch. Publico do Pará, n. 6.*

3) — Informação de Luiz Aranha de Vasconcellos sobre o descobrimento do rio Amazonas. Docs. para a hist. da conq. e col. da costa leste-oeste do Brasil. Bilb. Nac. 1905.

4) — Assumiu o logar em 6 de outubro de 1626, sendo deposto e substituido pelo intruso Feliciano Coelho de Carvalho em fevereiro de 1628; reassumiu o cargo novamente em outubro seguinte, conservando-o até 18 de outubro de 1629.

Feita a resenha das forças, verificaram-se 120 soldados portuguezes, 1.600 indios frecheiros e 98 canoas.

A 28 de setembro de 1629 defrontaram o forte do Torrego, iniciando-se o ataque por agua e por terra.

A 18 de outubro enviaram os hollandezes parlamentares propondo a entrega do forte, e procuraram ganhar tempo, a espera de duas náos e um patacho que os vinham soccorrer.

Desconfiou da trama Pedro Teixeira e exigiu a immediata entrega do forte e suas munições, sendo aquelle arrazado completamente.

Retirou-se Pedro Teixeira para Gurupá de onde remetteu para Belem os prisioneiros em numero de 80 mais ou menos (5).

As náos esperadas, de facto chegaram sob o commando do corsario Roger North, demandando o Torrego, onde ainda encontrava-se Pedro Teixeira. Atacaram as suas posições, resultando improficua a aggressão, pelo que retiraram-se, á vista do nullo resultado a colher de tal commettimento.

Ainda recebe Gurupá, na volta, os expedicionarios portuguezes.

Até então não se havia cogitado de divisões territoriaes no Grão-Pará.

Entre 1627 e 1632, segundo o Barão do Rio Branco, talvez solicitado, Bento Maciel Parente, já então em Hespanha, apresenta á Côrte um *Memorial*, em que traça o projecto de divisão das terras do norte do Brasil em grandes capitanias (6), a «serem dadas a pessoas ricas e respeitaveis, afim de que cada qual em concorrencia procure povoar, fortificar e aproveitar a terra, reservando para a real Corôa as capitanias do Maranhão e do Rio das Amazonas, que são as mais importantes daquelle Estado».

Fundado nas informações desse documento importante, terá El-Rei Felippe III expedido a carta regia de 13 de abril de 1633, cujo texto integral não é conhecido e nem existe publicado, della constando apenas citação na carta de doação da capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel Parente, em 14 de junho de 1637.

Reservou aquella carta regia especialmente para a Corôa as duas capitanias do Maranhão e Pará, esta comprehendendo o territorio situado entre os rios Maracanã e Tocantins, incluindo a cidade de Belem.

Quanto ao territorio de Gurupá, ficou elle incluido na capitania do Camutá, cuja doação teve confirmação regia por carta de 26 de outubro de 1637, em favor de Feliciano Coelho de Carvalho, constituida pelo territorio comprehendido entre os rios Tocantins e Xingú «do rio das Amazonas, com as leguas que houver do estreito que hoje chamão do Camutá, até sahir no rio Corupá, canal fronteiro á costa do Corupá, que podem ser 40 leguas, pouco mais ou menos, por rumo direito, e por o dito rio do Corupá acima para o do Xingú etc» (7).

---

5) — P. Luiz Figueira. Relaçam de varios successos acontecidos no Maranham e Grão-Pará. Annaes da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. I. 1902.

6) — Rio Branco. Frontières entre le Brésil et ya Gulanne Française. Tomo II. Docs. 1899.

7) — Carta da confirmação da Capitania do Camutá. Rev. do Inst. Hist. Bras. Tomo 79. Parte II. 1908. Na citação os nomes rio Pará e rio Parnahyba estão corrigidos para as suas actuaes denominações, Tocantins e Xingú.

Apezar desta confirmação, justamente por constituirem as terras uma occupação anterior, por parte dos agentes da Corôa, nunca os donatarios do Camutá estenderam até o rio Xingú á sua jurisdicção; antes, respeitaram o territorio de Gurupá como directamente pertencente e reservado para a mesma Corôa.

De facto já nellas existia o forte de Santo Antonio desde 1623, sujeito aos capitães-móres do Grão-Pará, que lhe proveram o commando até 1633, passando deste anno em deante a ser a nomeação feita por El-Rei, com o titulo de *capitão-mór do Gurupá.*

Documento algum se tem encontrado sobre a creação da capitania, entretanto, os autores antigos lhe conferem essa designação.

O P. João de Souza Ferreira, na *America Abreviada*, a chama de capitania; o P. José de Moraes, dando « uma breve noticia sobre as capitanias do Grão-Pará », o confirma dizendo: « Do Caamutá até Gurupá, *que tambem he capitania de Sua Magestade*, se contão 66 leguas, até o lugar onde se acha a fortaleza ». (8). Descrevendo os limites da capitania do « Caamutá » indica a referencia reconhecida entre esta capitania e a de Gurupá : « começam (as terras do Camutá) na bocca do rio Tocantins até o rio das Areias, por costa, com algumas ilhas e 40 leguas para o sertão » (9), excluindo integralmente o territorio comprehendido entre os rios das Areias e Xingú (10).

Si acto algum existiu quanto á creação especial da Capitania de Gurupá, a jurisdição da Corôa sobre o seu territorio adveiu desde a fundação do forte Santo Antonio, em 1623, tornando-se directa desde 1633 com o provimento de João de Mello Gusmão para o triennio de 1634-1637, por carta regia, com o titulo de capitão-mór.

A este succedeu João Pereira de Caceres para servir de 1637 a 1639.

No governo deste, segundo Baena (11), recebeu Gurupá o predicamento de villa, a primeira das fundações sobre o rio Amazonas que honrou-se com esse titulo, com apenas dezeseis annos de existencia.

Não permittiam os usos do tempo que as sédes das capitanias de El-Rei fossem desprovidas de predicamento, exigindo, por outro lado, o systema administrativo a existencia do apparelhamento communal, cujo chefe accumulava funcções judiciarias.

Infelizmente a voragem destruidora do tempo não permittiu chegarem até nós os livros do Senado da Camara.

Essa perda irreparavel lança a mais escura treva sobre a vida municipal de Gurupá até 1763, quando a documentação do Archivo Publico do Estado nos permitte o conhecimento de nomes esparsos, a illustrarem esse passado municipal.

No governo do capitão-mór João Pereira de Caceres teve Gurupá a honra de anniquillar a ultima tentativa da Companhia Hollande-

---

8) — Historia da Companhia de Jesus.

9) — Hist. da Comp. de Jesus. Cit.

10) — O rio das Areias conserva ainda o primitivo nome e desagua no rio Amazonas abaixo da cidade Gurupá.

11) — Ensaio Corographico sobre o Pará.

za das Indias Occidentaes para estabelecer feitoria e commercio na bacia Amazonica.

Em 1639, armado de vinte peças, apresentou-se nas immediações do forte poderoso patacho hollandez, ao soldo daquella Companhia.

Estudando a situação, pretendia talvez effectuar um avanço de sorpreza, esperando o descuido da fortaleza.

Não esperou o capitão-mór dentro dos muros do seu reducto o ataque do patacho.

Reuniu Pereira de Caceres varias canoas, tripulando-as com parte da guarnição do forte e com indios, temerariamente abordou o navio, em lucta titanica.

Atacado vigorosamente por todos os lados foi tomado o patacho, inscrevendo os portuguezes mais uma brilhante e gloriosa pagina na historia das lides para a expulsão dos estrangeiros do estuario amazonico.

Dissuadiu este revez a poderosa Companhia batava de novas tentativas em aguas e terras da Amazonia (12).

Acolheu ainda o capitão-mór João Pereira de Caceres, em principios de 1636, os dois religiosos franciscanos leigos, Frs. Domingos de Brieba e André de Toledo, e seis soldados da celebre expedição do capitão Juan de Palacios (13), fazendo-os proseguir até a cidade de Belem.

Pelo forte de Gurupá, onde marcou nova reunião das suas canoas, passou o capitão Pedro Teixeira, em 1637, esse grande bandeirante das aguas, que mais dilatou o Brasil para oeste, na celebre jornada de descobrimento do rio Amazonas, aguas acima, realizando a mais difficultosa viagem jamais feita pelo grande rio contra corrente (14).

De volta de tão extensa jornada, legada a historia pelo jesuita P. Christobal d'Acuña (15), demorou-se ainda em Gurupá, segundo Berredo, aportando, depois de oito dias, a Belem, em 12 de dezembro de 1639.

Pelo calculo do tempo, verifica-se ter partido daquella villa em 4 de dezembro.

A João Pereira de Caceres tocou a honra da recepção daquelle grande capitão, pois, tivera prorogado o seu tempo de capitão-mór, sendo ainda em 1642 citado na capitania de Gurupá.

Dez annos depois, em principios de 1651, hospedou Gurupá um dos mais audaciosos bandeirantes paulistas Antonio Raposo Tavares.

«Entrou a nova successão de 1651 (no governo da capitania do Grão-Pará, com o capitão-mór Ayres de Souza Chichorro) e no principio della chegarão á Fortaleza de Santo Antonio do Corupá 59 homens da capitania de S. Paulo, com mais algum gentio, governado

---

12) — Annaes da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol IV. 1905.

13) — Carta de 2 de março de 1637. Docs. para a hist. da conq. e col. da costa leste-oeste do Brasil. Cit.

14) — 1637-1639.

15) — *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas,* publicado em primeira edição em 1641, Madrid.

tudo pelo mestre de campo Antonio Raposo (Tavares), que desencaminhando-se nos seus mesmos certões, depois de vencer as desconhecidas asperezas de tão longas distancias, na apparição sempre de mais inimigos, valentemente penetrou até o grande rio das Amazonas; pelo qual descendo em humas pequenas embarcações que chamão balsas, se incorporou com os seus naturaes no sitio seguido» (16).

E' de causar assombro essa viagem de perlustração dos nossos sertões por Antonio Raposo Tavares, cujo nome, na expressão de Taunay, « cinta o Brasil », inscrevendo-se no Rio Grande do Sul e no Amazonas, em Matto Grosso e na Bahia, etc (17).

Não é sem grande interesse que, fazendo notas historicas sobre Gurupá, deve ser citado o nome daquelle mestre de campo.

Nunca é demais divulgar, mesmo em modestissimas annotações historicas, como este trabalho, noticias dos homens que efficazmente concorreram para a integração territorial da nossa patria, principalmente quando interessam a historia amazonica, como Raposo Tavares.

Na *Historia Geral das Bandeiras Paulistas* (18) têm-se, em paginas coloridas, o gigantesco trabalho de ampliamento dos nossos territorios, devassados com as maiores vicissitudes e occupados pelas successivas fundações, germens de futuras capitanias, hoje Estados deste immenso Brasil.

Objectivadas essas grandes excursões no *Ensaio da Carta Geral das Bandeiras Paulistas* (19), pode o espirito estudioso averiguar do valor da construcção do nosso paiz por todos aquelles temerarios audaciosos, possuidores de mascula energia, posta ao mesmo tempo ao serviço da patria e de proprios interesses.

Entre todos sobresahe o senhor de Quitauna, cuja personalidade e feitos entraram para a historia pela penna e preciosos estudos do dr. Washington Luis.

Confundido estava o homem na sua identidade, origem e filiação, e as suas campanhas, desconhecidas umas e, em esparso e rapido relato, outras, exigiam, para o conhecimento da nossa historia geral, quem tudo estudasse e reunisse.

A bella monographia *Antonio Raposo* veiu satisfazer, collocando o grande mestre de campo no pedestal que lhe compete na historia patria.

Depois de estabelecer a identidade do grande bandeirante, passa a memoria a narrar os seus feitos audaciosos e brilhantes, levando-o até a Amazonia, a descer os rios Madeira e Amazonas até Gurupá, onde chegou em 1651.

«Despido esse episodio dos pormenores fabulosos, que o tornou quasi inverosimil, reduzido ás suas justas proporções, ainda fica muita

---

16) — Berredo. *Annaes Historico* § 956.

17) — Affonso d'E. Taunay. Rev. Nac. N. 13. Anno I. 1922.

18) — Affonso de E. Taunay.

19) — Affonso de E. Taunay, 1926.

cousa para ser considerada como uma das travessias mais ousadas, que já se emprehenderam através da continente americano » (20).

O feito historico da chegada de Raposo Tavares a Gurupá vem poetisado por Alberto Rangel (21), aliás com falta de senso e tacto historico, quanto ao commando militar da fortaleza.

Souza Ferreira, tratando desse cargo assim o indica :

«E' estilo assistir um capitão por cabo da fortaleza do Gurupá, chave do rio das Almazonas e das nações dos indios que ficam fora da repartição...» «e assim parecia conveniente que pelo menos este capitão não fosse forasteiro, mas morador de confiança e pratico no zelo, amor e idioma dos naturaes, para pôr em seu logar as necessidades do Estado e das cousas.» (22)

De facto desde os primitivos tempos da fundação de Gurupá, depois que os portuguezes asseguraram a hegemonia amazonica, os commandantes de Gurupá passaram a ter importante funcção fiscalisadora, tanto sobre os navegadores do rio Amazonas e dos seus tributarios, como sobre os indios que iam conseguindo aldear.

A instituição da fortaleza em posto de registo vem desde esses tempos.

O movimento de expansão guerreira e conquistadora dos portuguezes, sempre acompanhado pela catechese religiosa, não o desmereceu tambem na Amazonia (23).

Sómente 29 annos após á fundação de Belem poderam installar-se estavelmente na região do rio Amazonas os Frades Carmelitas, construindo um pequeno convento em Gurupá, em 1645, abandonando-o em 1674, na eventualidade do apparecimento de grande peste, que fortemente dezimou a população indigena (24).

---

20)—Dr. Washington Luis. *Antonio Raposo*. Estudando este trabalho valioso, tem-se de admirar o esforço benedictino na pesquiza historica de autores e manuscriptos, a critica quanto aos documentos compulsados, escoimando erros já consagrados e a brilhante concatenação, da qual resalta magestosa a figura do senhor de Quitauna nos seus feitos quanto á integração do Brasil.

«Antonio Raposo Torres foi filho de Fernão Vieira Tavares, capitão-mór de S. Vicente, em 1622, nasceu pelos annos de 1598, em S. Miguel de Beja, Portugal, segundo Taques» (Idem, ibidem).

21)—*Quando o Brasil amanhecia.* O posto de capitão-mór de Gurupá, desde 1633 provido por directa escolha de El-Rei, pelo valor estrategico e no tempo importantissimo dessa chave amazonica, recahia sempre em esforçados capitães, dos quaes muitos nomes ficaram, aureolados de feitos gloriosos. O amesquinhamento do que recebeu Raposo Torres é uma phantasia, falta de senso historico e incompativel com os homens de commando do tempo.

Devanei o espirito, mas não trace linhas deprimentes, em um facto em que o hospedeiro esteve á altura do hospede. Diga-se ainda de passagem que no Pará *jussara* é uma palmeira inconfundida com o *assahyzeiro*.

22)—*America Abreviada*, Rev. do Inst. Hist. Bras. Tomo LVII. Parte I. Pag. 80.

23)—A primeira religião a penetrar no Grão-Pará foi a dos Capuchos da Provincia de Santo Antonio, em 1617, fundando o Hospicio do Una, abaixo de Belem e 1626 edificando o Convento de Santo Antonio.

Em segundo logar vieram os Carmelitas Calçados, aos quaes, em 1626, Bento Maciel Parente doou uma sua casa para a fundação conventual. Ainda neste anno fizeram os Jesuitas a primeira tentativa de entrada, recusada pelo Senado da Camara de Belem e só admittida em 1652. Em 1640 iniciaram os Mercenarios o seu convento.

24)—Baena. Ensaio Corographico.

Munido de auctorização regia, trazia o Padre Antonio Vieira (25) o designio de fundar casa em Gurupá.

«E' facto que o intento com que sahimos do Maranhão foi passar logo ao Gurupá e entrar pelo rio das Amazonas», affirma o P. José de Moraes (26), sendo obstado pelo capitão-mór Ignacio do Rego Barreto, que lhe offereceu o rio Tocantins.

Pretendia o illustre jesuita fazer da villa de Gurupá o centro de irradiação da catechese ignacina da bacia amazonica, para a qual tinha voltadas as suas ideas, aliás com a videncia de arguto espirito, antevendo a grandeza da obra a realizar e a formidavel expansão da sua ordem.

Realizou-a a Comphanhia posteriormente, provocando a celebre carta regia de 19 de março de 1693, dividindo a bacia amazonica entre as diversas communidades religiosas.

De 1655 a 1660 occupou o posto de capitão-mór de Gurupá Manoel Fernandes Pereira, occorrendo, em 1656, um levante de indigenas na capitania, enviando o governador e capitão-general André Vidal de Negreiros (27) a soccorrel-o Paulo Martins Garro, que restabeleceu a paz.

Este ultimo, patrocinado pelo P. Antonio Vieira e proposto pelo Conselho de Estado da Metropole, obteve provimento de capitão-mór em 1660.

Quando em 1661 accendeu-se no Maranhão a lucta entre o Senado da Camara de S. Luiz e os Jesuitas, por causa da liberdade e repartição dos indios, lucta secundada pelo Senado da Camara de Belem, assistiu Gurupá o epilogo da effervescencia das paixões contra os ignacinos.

Estes, auxiliados por Manoel da Vide Souto Mayor, rico negociante de Belem, e, «receiosos dos insultos do povo, desoccuparam suas aldeias, recolhendo-se, em principios de 1662, á fortaleza do Gurupá, sendo favorecidos por seu commandante Paulo Martins Garro, resistirão ao procurador do povo de S. Luiz Antonio Barradas de Mendonça, encarregado da ordem da sua expulsão.» (28).

Provocou o incidente de resistencia o ouvidor geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará Diogo de Souza Menezes, na emergencia de passagem por Gurupá.

Impediu esse magistrado a diligencia, prendeu e poz a ferros o procurador Mendonça e exautorou as autoridades de Belem, suspendeu os tribunaes da capitania, o juiz do povo e seu procurador.

Ao chegarem taes noticias a Belem, contra esses actos protestou o ouvidor da capitania do Grão-Pará Antonio Coelho Gasco, resolvendo o Senado da Camara acclamar de novo as autoridades destituidas (29) e fosse organizada (30) uma expedição ao mando do vereador Pedro da

---

25)—Chegou a Belem em 5 de outubro de 1652.

26)—Hist. da Comp. de Jesus.

27)—Governou de 11 de maio de 1655 a 23 de setembro de 1656.

28)—Berredo. An. Hist.

29)—Sessão de 23 de fevereiro de 1662.

30)—Sessão de 4 de março de 1662.

Costa Favella, para ir a Gurupá, soltar os presos e conduzir os jesuitas para Belem.

Desempenhou-se aquelle da incumbencia, fazendo reunir no hospicio dos frades do Carmo os missionarios já dispersos, mandando capturar o padre Francisco Velloso, em viagem de subida pelo rio Amazonas e trazendo todos os ignacinos para Belem (31).

Marcaram esses incidentes dias movimentados para Gurupá.

Em 1674 abandonam os frades do Carmo o hospicio fundado em 1645, não mais retornando á villa.

Durante o seu governo propõe Arthur de Sá de Menezes (32) a El-Rei fazer de Gurupá o centro de arrecadação dos dizimos dos generos do sertão, resolvendo S. M., em carta de 18 de outubro de 1690, ao seu substituto Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (33), se consultasse os povos sobre a conveniencia da medida, que parece haver sido estabelecida, porquanto no seculo seguinte acha-se posta em pratica.

De 1690 a 1694 serviu como capitão-mór de Gurupá Manoel Guedes Aranha, em cujo governo resolve S. M., pela carta regia de 19 de fevereiro de 1691, mandar restaurar o antigo hospicio dos Carmelitas e entregal-o aos religiosos da Piedade (34), que chegaram á villa em dezembro de 1693.

Recebeu o convento carmelita ampliamento e passou por completa restauração.

Nelle permaneceram os frades da Piedade até fevereiro de 1759, quando recolheram-se a Portugal, em virtude do aviso regio de 1 de agosto de 1758 (35), havendo assistido em Gurupá o espaço de 62 annos.

Ao terminar do seculo XVII, por decisão regia antiga, exercia Gurupá a fiscalização de tudo quanto por lá passava, de subida e descida da bacia amazonica.

As pessoas que hajam de fazer jornadas de Gurupá para cima, do Pará, ou de qualquer outra parte, que passem para o rio das Almazonas, o não podessem fazer sem licença do maior, para registrarem no Gurupá » (36).

Sobre a existencia communal apenas póde ser registrada a existencia do Senado da Camara, sem conseguir-se indicar um só nome do seculo XVII.

---

31)—Berredo. An. Hist.

32)—Governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará de 14 de julho de 1687 a 17 de maio de 1690.

33)—Governador de 17 de maio de 1690 a 11 do junho de 1701.

34)—Os religiosos reformados de S. Francisco da Provincia da Piedade foram os ultimos a entrarem no Grão-Pará, por auctorização do principe D. Pedro, que, em carta regia de 10 de setembro de 1697, lhes permittiu acceitar a doação de um terreno, nos suburbios de Belem, por parte do 13º capitão-mór do Pará, Hilario de Souza Azevedo, que nelle tinha uma ermida e exigia-lhes construissem ao lado uma enfermaria para os doentes do sertão. (Manuel Barata. Ephemerides Paraenses). Hoje é a Cadeia de S. José.

35)—An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. VIII. 1913.

36)—Souza Ferreira. America Abreviada.

# A FORTALEZA DE GURUPÁ

A's incursões dos hollandezes na região da foz do rio Amazonas deve a fortaleza de Gurupá sua primitiva pedra.

Na terra firme em que está situada estabeleceram, por primeiro, feitoria os hollandezes, chamando o logar de Mariocai, denominação certamente advinda da lingua indigena fallada no local.

Lá instituiram um posto fortificado, ainda embryonario quando os portuguezes os expulsaram em 1623, apossando-se do local.

A idéa de fortificar esse ponto teria advindo do capitão-mór do Grão-Pará Bento Maciel Parente, mais para garantir a occupação portugueza na ponta da terra firme avançada sobre o rio Amazonas, já conhecida e visitada pelos extrangeiros traficantes, do que como situação estrategica dominadora de passagens daquelle grande curso de agua.

Logo em 1623 os portuguezes principiaram a construir obras de fortificação, certamente pequeno reducto de taipa de pilão, protegido por palissadas de madeira pelo lado de terra, na qual logo assentaram peças de artilharia e collocaram guarnição.

Recebeu a denominação de *Forte de Santo Antonio do Corupá* e passou logo a constituir uma especie de base de operações nas brilhantes campanhas de expulsão dos estrangeiros invasores do rio Amazonas.

Da sua efficiencia dizem os feitos gloriosos da tomada e destruição do Mandiutuba (1629) por Pedro Teixeira; de Tilletille (1631), por Jacome Raymundo de Noronha; do Cumaú (1632), por Feliciano Coelho de Carvalho; e as perseguições tenazes exercidas contra os flisbuterios até alem de 1633, nas quaes illustrou-se Pedro da Costa Favella, tendo como apoio principal o novo forte, já considerado verdadeira chave do rio Amazonas.

Cessadas as incursões dos aventureiros, creada a capitania e elevado a villa o povoado nascido em torno do forte, passou este a desempenhar o papel que lhe estava destinado, de posto de fiscalisação e ponto de passagem obrigatoria da navegação de subida o descida do do rio Amazonas.

Collocado fôra em situação que ainda actualmente preside o mais curto e facil accesso ao rio Amazonas, vencida a chamada região inferior das ilhas.

Desapparecido o temor de inimigos, entrou o descuido na conservação do forte que, no governo do capitão-general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1), sendo capitão mór do Grão-Pará Manoel Guedes Aranha (2), era já deploravel conjuncto de ruinas.

Apezar das representações de seus commandantes, não mereceu attenção da Metropole.

O capitão-general Gomes Freire de Andrade (3), no seu governo, apresentou fundamentada exposição de seu péssimo estado de conservação, encarecendo a necessidade de immediata reconstrucção, confirmada pelo governador e capitão-general Arthur de Sá de Menezes (4).

Providencia alguma dera a Metropole, preoccupada com outros problemas.

Voltando pela segunda vez ao posto de governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (5), logo no inicio das suas funcções, em 1690, ponderou novamente a importancia e necessidade da reconstrucção, finalmente ordenada pela Metropole em carta regia de 19 de fevereiro de 1631 (6).

Infere-se dessa carta regia haver Manoel Guedes Aranha enviado para a Metropole memorial sobre o completo estado de ruina do forte, ao ponto de ser necessaria obra nova, maior do que a anterior, conforme o projecto tambem remettido, mostrando-se ainda a necessidade de construir o quartel para a guarnição, até então vivendo em palhoças.

Veiu a ordem da nova construcção de forma definitiva, determinando fosse executada por Manoel Guedes Aranha, segundo os seus planos, bem como dá o acto regio todas as providencias para o seu immediato inicio.

---

1)—De 22 de junho de 1667 a 9 de junho de 1671.

2)—De 3 de setembro de 1667 a 1 de abril de 1668.

3)—De 16 de maio de 1685 a 14 de julho de 1687.

4)—De 14 de julho de 1687 a 17 de maio de 1690.

5)—De 17 de maio de 1690 a 11 de junho de 1701.

6)—Antonio Albuquerque de Carvalho, etc. Vendo o que me escrevestes e o governador Arthur de Sá de Menezes vosso antecessor, e Manoel Guedes Aranha pela Junta dos Negocios desse Estado sobre a povoação e Fortaleza do Gurupá, e informação que sobre essa materia deo Gomes Freire de Andrade; Me pareceo ordenar-vos (como por este faço) mandeis logo pôr mão na obra da Fortaleza de Gurupá, fazendo que alargue pelo desconto que tem feito o engenheiro, visto como quasitudo se acha arruinado, e porque de serem os soldados do seu presidio de ramos (*moradores em ranchos de palha*) se seguem muitos inconvenientes, sendo certos e moradores na dita Fortaleza, levarão suas mulheres, e darão mais certo e seguro principio á povoação, que necessita para arrumar a mesma Fortaleza: Fui servido resolver que o seu presidio seja presistente e não de ramos (*palhoças*), e para que os soldados delle sejão á satisfação de Manoel Guedes (*Aranha*), os mandareis levantar de novo pelo mesmo Manoel Guedes, sendo o numero delles de vinte e cinco, que he o competente para a guarnição, nomeando-lhe condestavel, ao qual se assistirá com as provisoens necessarias: encarrego muito particularmente o cuidado de dardes a execução esta minha ordem. Escripta em Lisbôa a 19 de fevereiro de 1691. Rev. An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. I. Pag. 101.

Infelizmente não nos ficou o desenho dessa construcção, logo iniciada e levada a effeito.

Segundo documento que mais adeante teremos de citar (7), a fortaleza foi construida com muralhas de pedras, tiradas do barranco marginal ao rio Amazonas, correspondente á frontaria da villa de Gurupá.

Parece que as obras ficaram terminadas ainda no governo de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Esta reconstrucção transformou o antigo forte, dando-lhe maiores dimensões e a estructura de pedra e cal, com muralhas, alçadas sobre o solo de terra firme em que ficou edificada.

Entretanto, a obra não possuia perfeição nem durabilidade.

Já em 1727 não era lisongeiro o estado de conservação geral das fortalezas do Grão-Pará, porquanto em carta de 20 de novembro ao governador e capitão-general João da Maia da Gama (8), communicava El-Rei haver-lhe «Carlos Varjão Rollim, sargento-mór de infantaria, com exercicio de engenheiro das fortificações desse Estado, representado acharem-se no Grão-Pará as fortificações arruinadas, pelo que se fazia preciso passar elle a delinear as que se houvessem de fazer de novo e se repararem as que estivessem capazes de poder servir ainda» (9), ordenando-lhe fornecer pela Fazenda Real as passagens que requisitasse afim de dar implemento á sua commissão.

Da mesma forma, em 1 de abril de 1727 (10), fazia sciente ao capitão-general haver contractado o metre pedreiro Francisco Martins para acudir o trabalho das fortificações do Estado, com a diaria de 800 réis e mais 200 réis á sua mulher.

Procedeu o sargento-mór Varjão Rollim ao exame das fortalezas do Grão-Pará, communicando as suas observações á Metropole em carta de 4 de outubro de 1728, em solução á qual enviou El-Rei ao capitão general Alexandre de Sousa Freire (11) a carta regia de 30 de maio de 1729, ordenando procurasse com toda a efficacia se reparassem as fortificações das duas capitanias» (12).

Tornando mais efficiente essa determinação, S. M., em 6 de abril de 1731, manda informar o pedido do sargento-mór Varjão Rollim, com exercicio de engenheiro das fortificações do Estado do Maranhão e Grão-Pará, requerendo para «passar a sua praça de S. Luiz para o Pará, para assistir ao concerto que se ha de fazer nas fortalezas de Gurupá, Parú, Tapajós e Rio Negro, que todas estas estam arruinadas» (12).

Em 1732 remette El-Rei ao capitão-general José da Serra (13)

---

7)—Communicado do engenheiro Gronfeld.

8)—Governou de 19 de julho de 1722 a 14 de abril de 1728.

9)—Carta Regia de 20 de novembro de 1727.—An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. II.

10)—Carta Regia desta data. An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. II.

11)—Governou de 14 de abril de 1728 a 16 de julho de 1732.

11)—An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. IV.

12)—An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. IV.

13)—Governou de 16 de julho de 1732 a 20 de março de 1736.

pedindo-lhe o seu parecer, as plantas e orçamentos do sargento-mór Carlos Varjão Rollim sobre concertos de fortalezas (14).

Deste periodo em deante ficou a fortaleza de Gurupá no estado em que encontrava-se, augmentando cada vez as suas ruinas.

A deficiencia de documentação impede a indicação dos seus commandantes no periodo antigo, havendo ficado apenas alguns nomes, como o de Fernão Lobo de Souza, em 1728 e 1729, quando falleceu no posto, sendo substituido, ainda em 1729, por José Bernardes Pessoa.

Falham os archivos daqui em deante até 1752, quando encontramos no exercicio do commando da fortaleza Miguel de Siqueira Ramos, tendo como ajudante Manoel de Azevedo de Aragão Sarmento.

Em 24 de setembro de 1751, assumiu o cargo de governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado (15), irmão do então Conde de Oeiras, depois Marquez de Pombal.

Ainda não existe estudo aprofundado do especial periodo administrativo desse capitão-general, que perdurou até 15 de janeiro de 1758, quando o deixou para ir occupar o secretariado dos Negocios Ultramarinos em Lisboa.

O seu governo foi agitadissimo e fórma um periodo de transição do antigo colonial para o novo colonial.

No antigo, o indigena, machina servil de trabalho, produzia por intermedio de directores religiosos; no novo colonial, ficaram sujeitos á administração civil que os explorava e distribuia por onde o seu trabalho era necessario.

Durante a administração de Mendonça Furtado foram, pela lei de 7 de junho de 1755, secularisadas as missões religiosas da bacia amazonica e, pelo «directorio» de 3 de maio de 1757, feita a organização do novo regimen dos indios.

Como disse Accioli (16), «a saudavel lei de 5 de junho de 1755 declarou os indios absolutamente livres, e poz termo a todas as duvidas até então suscitadas, com tudo ainda agora são os indios os que fornecem os braços para todo o serviço publico e mesmo particular».

Substituida a administração das aldeias indigenas, em virtude da organização creada pelo «directorio» de 1757, «a incapacidade e cobiça dos directores e falta de energia dos governadores fizeram com que aquella legislação não correspondesse á expectativa do seu autor» (17).

Pela nova organização ficou sendo Gurupá um dos centros mais importantes de população indigena, lhe estando quasi que directamente sujeitas as aldeas do rio Xingú, como Souzel, Porto de Móz, Carrazedo, Almeirim, Arraiolles, Espozenda, Outeiro, etc., alem das proprias, como Arapijó, Cavianá e Maturú.

Ao commandante da fortaleza incumbia a cobrança dos dizimos da farinha, recebidos em especie, com obrigação de fiscalizar a produ-

---

14)—Carta Regia de 29 de maio de 1732. An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará Vol. VI.

15)—De 14 de setembro de 1751 a 15 de janeiro de 1757.

16)—Corographia Paraense. 1833.

17)—Accioli. Idem, ibidem.

cção das roças e fazer o respectivo lançamento, de reunir em Gurupá toda a farinha arrecadada, afim de remettel-a para Belem, attendendo á fortaleza de Macapá nos supprimentos que lhe fossem necessarios.

Alem de todas essas incumbencias, tinha a fiscalização das embarcações do trafego amazonico, porquanto, continuava Gurupá a ser o posto de registo obrigatorio para tudo e para todos.

Em 1752, exercia as funcções de commandante da fortaleza o tenente Miguel de Siqueira Ramos, ainda com o titulo de capitão-mór. Mendonça Furtado, ao tempo do seu governo, preoccupando-se extraordinariamente com a fortificação de Macapá, não deu attenção á fortataleza de Gurupá, onde esteve em fevereiro daquelle anno.

Da sua passagem dá noticia o ajudante Manoel de Azevedo Aragão Sarmento (18) que servia com Siqueira Ramos.

Em 1753, era o commando exercido pelo tenente Luiz Manoel de Souza de Menezes, que serviu por mais de tres annos, já sem o titulo de capitão-mór, definitivamente extincto em 1757, com a secularisação das missões religiosas.

Em principios de dezembro de 1759 assume o cargo o tenente José Ribeiro da Costa Sotto Mayor (19).

Pela sua correspondencia verifica-se haver já desapparecido o titulo de capitão-mór; bem como, existirem organizadas companhias de auxiliares, com seus capitães, mencionando-se os de nomes José Antonio Salgado, Estevão José da Costa e José da Silva Delgado, alem do tenente Ignacio Sanches de Britto.

Como superior desta milicia local havia um sargento-mór, posto então occupado por Hieronymo da Silva.

Sotto Mayor, dando conta dos indios existentes na aldea adstricta á villa de S. Antonio do Gurupá, menciona 17 familias com 59 pessoas, e mais 3 rapazes, 5 viuvas e 6 orphãos, alem de uma familia com 6 pessoas e 7 indios solteiros fugidos (20).

Passando a governar o Estado Manoel Bernardo de Mello e Castro, que trouxe o titulo de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro (21), substituiu em 1760 o commandante de Gurupá, nomeando para esse posto o tenente Clemente de Almeida Pereira, que assumiu o cargo em maio do mesmo anno.

Inventariou o novo commandante tudo que lhe foi entregue pelo tenente Sotto Mayor, verificando-se existir na fortaleza: 2 bandeiras em

---

18)—Carta de 1 de julho de 1752. Corresp. de div. com o gov. 1752—1769. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará n. 6.

19)—Carta de 11 de dezembro de 1759. Cod. n. 6, do Arch. Publ. do Pará. Cit.

20)—«Relação dos indios que contem esta aldea de Santo Antonio do Gurupá.» Cod. n. 6 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

21)—Mendonça Furtado transferira a sédo do Governo para Belem e, dando execução á carta regia de 3 de março de 1755, creando a Capitania do Rio Negro, indicou os seus limites, pelo lado oriental, o rio Nhamundá, do lado norte do rio Amazonas, e pelo lado sul, a Serra de Parintins (outeiro de Maracá-assú) e a cachoeira de Santo Antonio do rio Madeira (S. João do Arauaya) em acto de 11 de maio de 1758.

Governou Mello e Castro o Estado de 2 de abril de 1759 a 14 de setembro de 1763.

mau estado, 7 peças de artilharia, 5 carretas com suas ferragens incapazes, 1 rouqueira de bronze, 377 balas de artilharia, 29 granadas, 13 armas de fogo desmantelladas, 1 cano sem coronha, uns feixos, 1 guarda-mato, 16 baionetas, 7 pranchadas de chumbo, 4 cucharras e 1 pedaço de uma, 1 soquete, 2 arrobas e 6 libras de balas de mosquete, 15 1/2 libras de aço, 11 arrobas e 16 1/2 libras de polvora, 64 pederneiras, 1 alavanca de ferro, 5 facas boas, 4 ditas em mau estado, 4 machados novos, 5 ditos velhos, 9 ferros de cova, sendo 7 bons e 2 em mau estado, 2 correntes, 1 comprida e outra curta com elo, 9 enxadas usadas, 1/2 alqueire e uma quarta de pau (medidas), 2 vaquetas de tambor, 1 chave do calabouço, 11 duzias e 5 facas flamengas com os cabos comidos de cupim e os ferros incapazes, 1 golilha com cavilha e chaveta, 1 tronco com sua cavilha, 1 lote de ferros velhos (22).

Indica a relação o estado de abandono em que encontrava-se a fortaleza, cujo destacamento era constituido de 9 soldados, sem sargento (23).

Exerceu Clemente de Almeida Pereira e commando até 16 de janeiro de 1768.

Assás movimentado foi o commando deste tenente.

Entre as suas instrucções trouxe capitão-general Bernardo de Mello e Castro a relativa ao reparo das fortalezas antigas e a continuação da fortaleza de Macapá.

Afim de effectuar os reparos das de Gurupá e Tapajós, commissionou o sargento-mór engenheiro Gaspar João Gerhaldo de Gronfeld (24), cuja proxima ida communicou a Clemente de Almeida Pereira em carta de 3 de dezembro de 1760.

Chegou aquella official a Gurupá a 27 de janeiro 1761, passando a examinar a fortaleza, de cujo estado deu contas a Bernardo de Mello e Castro em 1° de fevereiro.

«Cheguei a esta villa de Gurupá em 27 de janeiro, logo fui ver a fortaleza e achei toda ruinada, de sorte que as paredes estão todas para cair, e assim me parece quando se fizesse detraz destas paredes terraplano, não ha de soffrer o peso desta terra e mais as peças com os reparos.» «Segundo meu parecer deve esta fortaleza ter outra figura.»

«Quarta-feira que se contão 3 de fevereiro principio a deitar abaixo uma das paredes, por esta não ter então concertos» (25).

O estado de ruina da fortaleza transparece deste communicado.

---

22)—«Relação dos petrexos e munições pertencentes a esta Fortaleza de Gurupá.» Cod. n. 6 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

23)—Carta de Clemente de Almeida Pereira ao governador Bernardo de Mello e Castro, em 23 de maio de 1760. Cod. n. 6 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

24)—Veiu para o Pará em 1753, na commissão organizada para a demarcação dos limites dos dominios de Portugal e Hespanha, da qual fizeram parte o jesuita hungaro P. Ignacio Semartoni, João Angelo Brenelli, Henrique Antonio Galluzzi, Antonio José Landi, Domingos Sambucetti e outros. Era allemão, trouxe o posto de capitão, vencendo o ordenado annual de 261$000. Como os tres ultimos, ficou no Pará, depois daquelles trabalhos, continuando na carreira militar como engenheiro.

Assignava-se *Gaspar Joã Gerhaldo de Gronfeld.*

25)—Carta em 1° de fevereiro de 1761 ao governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Cod. n. 6 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

Iniciou o sargento-mór Gronfeld a demolição das muralhas inaproveitaveis e passou a organizar os desenhos demonstrativos das condições do forte e o projecto da sua remodelação.

Em principios de 1762 remetteu ao capitão-general duas plantas, uma do estado em que encontrara a fortaleza e outra da modificação que pretendia effectuar.

Os trabalhos realizados até fevereiro daquelle anno encontram-se indicados por Clemente de Ameida Pereira, em communicado ao governador Mello e Castro.

«Nesta occasião remette o sargento-mór engenheiro duas plantas, uma da fortaleza da forma que está e a outra do concerto que pretende fazer-lhe para acudir somente o mais necessario: da parte do matto se deitou a muralha abaixo e se abriu alicerce em 15 de fevereiro e se foi trabalhando nelle desde o dia 18 do dito mez e se deu em pedra; em muitas partes tem brocas de altura de 15 palmos, e 3 e 2 1/2; em outras partes menos alguma cousa. Esta semana se acaba de encher para se ir trabalhando na altura em que ha de ficar. O dito alicerce tem de largura 8 palmos, para vir a ficar em 4 1/2.» (26)

Sobre o mesmo assumpto o sargento-mór Gerhaldo de Gronfeld explica:

«Na minha primeira carta escrevi que com a primeira occasião queria mandar um novo projecto desta fortaleza, e com effeito fiz toda a possibilidade de fazer; mas depois que eu examinei bem as circunstancias achei que o terreno é muito pequeno e não permitte fazer alguma coisa boa. Mando a V. E. duas plantas (27), uma do forte velho e outra do forte, como eu queria fazer, se V. E. for servido.» (28).

Havendo difficuldade de cal em muita quantidade, communica ainda que pode ella ser fabricada com o *sernambi* existente nas proximidades (29), porquanto a de Cintra «teria dilatado transporte».

A morosidade dos trabalhos era decorrente de dois factos, a difficuldade dos materiaes de construcção e a carencia de indios em numero sufficiente para os serviços.

Logo para principiar os trabalhos pediu Gronfeld 40 indios, uns para tirar e carregar pedras, e outros para a terraplanagem.

O problema do fornecimento de tijollos, tanto para a fortaleza, como para a restauração do hospicio, ficou resolvido pelo commandante Clemente Pereira, installando no sitio de um tal Cardoso, acima da villa, uma olaria, para a qual fez construir uma *casa* com 80 palmos de comprimento por 50 de largura (30). A este tempo trabalhavam nas obras 54 indios, sendo 8 em preparo de pedras, 8 na fortaleza, 4 na olaria, o restante no Hospicio e em diversos serviços auxiliares.

Parece não haver a orientação dos trabalhos de Gurupá indica-

---

26)—Carta em 3 de fevereiro de 1762 ao governador Manoel Bernardo de Mello e Castro. Cod. n. 6 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

27)—Estas plantas não foram encontradas.

28)—Carta em 3 de março de 1762. Cod. n. 6 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

29)—Vide nota 2 do Cap. II.

30)—Carta de 27 de junho de 1762 ao governador. Cod. n. 6 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

da pelo sargento-mór Gronfeld satisfeito o capitão-general Manoel Bernardo de Mello e Castro, porquanto, sem dar solução aos projectos por elle remettidos quanto á fortaleza, fel-o substituir pelo ajudante engenheiro Domingos Sambucetti (31), pois este desde antes de junho de 1762, encontrava-se em Gurupá á testa das obras do forte e do hospicio.

Respondendo á carta de 9 de julho do capitão-general, declarou-lhe « ficar inteirado das suas ultimas determinações quanto á reedificação da fortaleza » e communica-lhe o estado das obras: « os dois lanços da nova muralha no dia de amanhã se hão de concluir e ficar no livel do terraplano. Os dois lanços que se seguem da parte do mar já estão com os alicerces abertos, e um destes já cheio, e nesta parte continuará o nosso trabalho.» (32)

Em carta de 6 de novembro de 1762 o commandante Clemente de Almeida Pereira informa o capitão-general « se vão continuando as obras da fortaleza »; «fica a muralha de cima do mar mais de meio feita; com a ultima fiada que estão fazendo fica no livel da outra que se acabou; da outra metade para diante tem um pedaço feito, o qual ha de continuar para diante ». (33)

Attendendo á circumstancia de achar-se a fortaleza sem poder ter acção alguma, determina Manoel Bernardo de Mello e Castro a Sambucetti (34) montasse em bateria provisoria a artilharia disponivel, até concluir-se a obra de fortificação.

« Fiz a escolha de um logar entre o igarapé e a fortaleza, sobre a ribanceira do rio, o qual me pareceo mais proprio, e nelle, depois de preparada uma plataforma de terra e fachina se collocarão tres peças da artilharia cavalgadas sobre reparos» (35), informa aquelle ajudante engenheiro, em satisfação á ordem recebida, indicando ainda o andamento dos trabalhos de construcção: « o primeiro angulo saliente que se offerece sobre o mar, com o lanço da nova muralha que segue e parte do outro que vae acabar no logar da bandeira, já estão na ultima fiada, e até 11 da corrente ( *novembro de 1762* ), espero fique na altura do terraplano » (36).

Apezar de todas essas noticias animadoras sobre a reconstrucção, em dezembro ficou paralysada, por falta de materiaes e de braços, indo Domingos Sambucetti, naquelle mez, inspeccionar a fortaleza de Tapajós (Santarem).

Em 24 de novembro de 1762 tem a villa de Gurupá o honra de hospedar o bispo D. Fr. João de S. José e Queiroz (36-a), quando da sua viagem e visita do sertão do Grão-Pará.

Sahiram a encontral-o ainda no rio o commandante Clemente de

---

31)—Vide a nota 24 deste capitulo.

32)—Carta ao governador Mello e Castro em 2 de agosto de 1762. Cod. n. 6 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

33)—Cod. n. 6. Cit.

34)—Carta de 28 de agosto de 1762. Cod. n. 6. Cit.

35)—Carta de 7 de novembro de 1762. Cod. do Arch. Publ. do Pará. Corresp. de div. com o gov. 1762.

36)—Carta em 7 de novembro de 1762. Cod. n. 6. Cit.

36-a)—Cingiu a mitra de 31 de agosto de 1760 a 24 de novembro de 1763.

Almeida Pereira, em companhia do ajudante Domingos Sambucetti, do vigario P. Manoel Ribeiro e do beneficiado Manoel Moreira. Hospedaram o prelado no hospicio.

A sua impressão, quanto á fortaleza em reconstrucção, nol-a offerece no relato da viagem por elle mesmo escripto:

« Em os dias que nos detivemos em Gurupá fomos ver a fortaleza, que sendo feita em 1623 pelc capitão Bento Maciel Parente, segundo as memorias do tempo e guerra dos hollandezes, que chegaram a este sitio em 1616; neste anno de guerra presumptiva contra Hespanha e França, em 1762, se está renovando, ainda que de forma irregular, por não permittir outra o terreno, debaixo dos preceitos da architectura militar, na direcção do perito engenheiro Domingos Sambucetti, digno de desempenhar esta e as maiores obras. » (36-b)

De volta da viagem passa novamente o bispo por Gurupá, em março de 1763, onde celebrou a semana santa,

Recebe em julho desse anno (37) Domingos Sambucetti novas ordens para continuar os trabalhos de Gurupá, até então paralysados. « Fico com o gosto de que V. E. ordenou se continuasse a reedificação desta fortaleza ( *de Gurupá* ), o que me parece sem duvida muito conveniente, não só para a pôr em estado de defença, como tambem para evitar a ruina nas paredes que já estão feitas e ainda se não acabarão de terraplanar por se não ter ainda levantado o revestimento interior.» (38)

Em 1763, por questões secundarias locaes, desavieram-se profundamente o ajudante Domingos Sambucetti e o tenente Clemente de Almeida Pereira, commandante da fortaleza e juiz ordinario presidente do Senado da Camara.

Queixas amargas reciprocas levaram ao governador e capitão-general (39), que, aconselhando harmonia e não dando razão a nenhum dos dois, conseguiu fazel-os voltar ás boas relações.

Ainda em 1763 determina Manoel Bernardo de Mello e Castro a Sambucetti a edificação das casas do paiol e do calabouço, « cujas ficaram separadas e oppostas, a primeira da parte do igarapé e a casa do calabouço, na parte contraria fazendo frente e recebendo a luz do nascente » (40).

Com intermittencias, ora devido á falta de materiaes, ora á diminuição e suppressão dos braços de serviço, foram os trabalhos caminhando muito lentamente.

Ainda em 1763, a Mello e Castro succedendo Fernando da Costa

---

36-b)—Viagem e visita do sertão em o Bispado do Grão-Pará, em 1762 e 1763. Rev. do Inst. Hist. Bras. Tomo IX.

37)—Carta de Manoel Bernardo de Mello e Castro em 6 de julho de 1763. Cod. n. 37 do Arch. Publ. do Pará. Corresp. de div. com o gov. 1763.

38)—Carta ao governador Mello e Castro em 26 de julho de 1763. Cod. n. 37. Cit.

39)—Cartas de 24 de junho e 4 e 21 de agosto de 1763 de Sambucetti e de 30 de agosto, de Clemente Almeida. Cod. n. 37. Cit,

40)—Carta de Sambucetti em 13 de abril de 1763. Corresp. de div. com o gov. Cod. n. 44 do Arch. Publ. do Pará.

de Athayde Teive, no governo do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro (41), fez proseguir as obras de reconstrucção, na qual, em fins de 1764, trabalhavam 32 indios.

Em maio deste milenio passa em Gurupá, com grande comitiva o novo governador das Minas de Matto Grosso João Pedro da Camara, que pelo rio Xingú seguia a assumir o seu posto.

Nessa época eram constantes as communicações para aquella capitania por aquelle grande curso de agua, inclusive a da remessa de correspondencia official da Metropole, vinda por intermedio do governo do Pará.

No itinerario de Gurupá, onde passou a 20 de abril, segue o Conde de Azambuja, em 1765, para empossar-se no governo de Matto-Grosso, destinando-se a remontar o rio Madeira.

Nesses tempos não duvidavam, mesmo os homens do governo, enfrentar os sertões, vencendo cachoeiras impetuosas e atravessando extensas regiões de mattas, sujeitos a vicissitudes de todas as especies.

No governo de Athayde Teive parece que desappareceu o interesse pela reedificação da fortaleza de Gurupá, porquanto, de lá retirou o engenheiro Sambucetti em fins de 1765, ficando abandonadas, tanto as suas obras como as do hospicio.

No anno seguinte Clemente de Almeida Pereira informava-o que « as muralhas desta fortaleza, que se achavão principiadas se têm arruinado com o inverno » (42) e lembrava-lhe a «conveniencia de rebocal-as de cal por cima».

O arruinamento ia attingindo, nessa época, a todos os edificios construidos, abandonados a si mesmos.

Uma parte das paredes da igreja que fôra dos frades da Piedade e outra do hospicio ruiram em 1767 (43).

Achando-se summamente adoentado o commandante Clemente de Almeida Pereira, resolveu Athayde Teive substituil-o pelo tenente Manoel Lobo de Almeida, que assumiu o commando da fortaleza e o cargo de director da villa de Espozende, antiga aldeia do Arapijó, em 16 de junho de 1767.

Recebeu a fortaleza, o hospicio e a directoria daquella villa por inventario (44).

Durante o seu exercicio permaneceram paralysados os trabalhos da fortaleza, constando apenas ordens relativas aos reparos da casa do hospicio.

---

41)—Governou de 14 de setembro de 1763 a 21 de novembro de 1772.

42)—Carta de 28 de abril de 1766. Corresp. de div. com o gov. 1765—1769. Cod. n. 66 do Arch. Publ. do Pará.

43)—Carta de Clemente de Almeida Pereira em 29 de maio de 1767. Cod. n. 66. Cit.

44)—O inventario da fortaleza accusou a relação seguinte: 2 bandeiras; 3 peças de artilharia montadas em seus reparos; 3 soquetes; 1 sacatrapo; 3 cuxarras; 1 diamante de artilharia; 1 rouqueira de bronze; 46 libras de balas miudas; 42 perdeneiras; 1 alabarda velha; 178 balas de artilharia; 31 granadas; 12 grilhões; 2 correntes com elos e varões; 1 tronco com fechadura e ferrolho; 1 cabide para armas, já velho; 7 pranchadas; 2 algemas. «Relação que acompanha a carta do tenente Lobo de Almeida a Athayde Teive, em 7 de julho de 1776. Cod. n. 66. Cit.

O succedeu o alferes João Xavier de Moraes Sarmento, em 6 de agosto de 1770, «e logo á sua chegada lhe fez Manoel Lobo entrega de tudo o que consta das relações juntas» (45).

Em carta de 19 de agosto de 1771 informa este commandante ao governador Athayde Teive «acharem-se o hospicio e a fortaleza bastante desrectificadas». (46)

Permaneceu no cargo até 5 de maio de 1773, quando o foi render o alferes Jeronymo Manoel de Carvalho (47), por sua vez substituido no mesmo milenio, em 10 de outubro, pelo ajudante Antonio José Pinto, ambos por nomeação do governador João Pereira Caldas (48).

Serviu este ajudante até fevereiro de 1775, quando voltou novamente a commandar a fortaleza Jeronymo Manoel de Carvalho, até fins de 1769.

Neste anno assume o posto Antonio Carlos da Fonseca Coutinho, que serviu até 1773.

De 1786 a 1789 occupou o commando Manoel da Costa Vidal.

Depois que a Metropole portugueza fixou as suas vistas para as bandas da Guyana, receiando muito das surpezas dos francezes e resolveu a edificação da fortaleza de Macapá, descurou a posição fortificada de Gurupá.

Entre 1760 e 1765 despendeu alguns esforços em favor desta, os quaes resultaram nullos, não somente pela natureza das ordens emittidas, como pela falta de consignação de meios para seu effectivo cumprimento.

Contando essencialmente com o trabalho dos indios, como o de mais barata mão de obra, deixava a Metropole á mercê dos directores dos logares o fornecimento desse pessoal.

E como estes mais cuidassem dos proprios interesses, relegaram para secundaria attenção as fortificações de El-Rei, que lhes distrahiam os braços uteis. Dahi o ficarem os engenheiros dellas encarregados á mercê de insuperaveis contingencias, ás quaes amoldavam-se por nada poderem contra ellas.

As obras da fortaleza de Gurupá constituem typico exemplo das resistencias passivas contra os impulsos e desejos da administração.

---

45)—1 bandeira; 3 peças de artilharia montadas; 3 soquetes; 1 sacatrapo; 3 cuxarras; 1 diamante de artilharia; 2 1/2 libras de polvora; 48 libras de balas miudas; 42 pederneiras; 1 alavanca; 178 balas de artilharia; 31 granadas; 9 grilhões; 3 correntes com elos e varões; 1 golilha; 1 tronco com ferrolho e fechadura; 1 cabide de armas; 2 algemas; 1 calaboiço com chave e ferrolho; 7 pranchadas. «Relação» de agosto de 1770. Corresp. de div. com o gov. 1770—1777. Cod. n. 114 do Arch. Publ. do Pará.

46)—Cod. n. 114. Cit.

47)—Carta de 27 de março de 1773. Cod. 114. Cit.

48)—Havendo o decreto regio de 20 de agosto de 1772 separado em governos distinctos o Maranhão e Grão-Pará, trouxe João Pereira Caldas a nomeação de governador o capitão-general do Estado do Grão-Pará, comprehendendo as capitanias do Pará e de S. José do Rio Negro. Serviu Pereira Caldas de 21 de novembro de 1772 a 4 de março de 1780.

Antonio José Pinto era ajudante de cavallaria auxiliar do terço, da Praça de Macapá.

Em primeiro logar, grande abandono de conservação do que estava, em dilatado periodo; depois que a Metropole convence-se da necessidade deste posto fortificado, a deficiencia dos meios por parte de seus mandatarios não permitte trabalho algum.

Quando vinha o engenheiro não se lhe forneciam os materiaes; quando estes chegavam, faltavam os indios trabalhadores, e quando tudo isto existia, demoravam-se as soluções em relação aos trabalhos a fazer.

Sobre a forma geometrica do primitivo forte de Gurupá, nada nos ficou.

Sem duvida o primitivo de Bento Maciel Parente foi um reducto de taipa de pilão, ampliado com o tempo e substituido por uma fortaleza de muralhas de pedra, existente em abundancia no logar.

A carta regia de 19 de fevereiro de 1691 refere-se ao «seu alargamento pelo desenho que tem feito o engenheiro», denotando já a existencia de um novo plano, diverso do que existia (49).

Por documentos posteriôres infere-se haver sido a determinação regia realizada, e a fortaleza erguida no governo do capitão-general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Em 1727 já não era lisongeiro o seu estado de conservação, como o das demais do Grão-Pará, determinando por isso a carta regia de 30 de novembro passasse a essa capitania o sargento-mór engenheiro Carlos Varjão Rollim para reparal-as.

Apresentou este engenheiro seus planos, sobre os quaes pediu a carta regia de 29 de maio de 1732 ao capitão-general José da Serra o seu parecer.

Se de facto effectuaram-se os reparos consignados e projectados naquelles planos, não o dizem os poucos documentos dos nossos archivos.

Em 1760 volta a Metropole portugueza a interessar-se pela restauração da fortaleza de Gurupá, para esse trabalho commissionando o capitão-general Manoel Bernardo de Mello e Castro o sargento-mór engenheiro Gaspar João Gerhaldo de Gronfeld.

O estado da fortificação era de ruinas, elaborando esse profissional projectos de modificação da antiga planta (50).

Aproveitados ou não, foi o seu autor substituido na direcção dos reparos então intentados pelo ajudante engenheiro Domingos Sambucetti, que interrompidamente executou obras na fortaleza até 1765, deixando-as inacabadas.

Ao assumir o seu commando o ajudante Antonio José Pinto, em 1773, solicitou-lhe o capitão-general João Pereira Caldas informações sobre seu estado de conservação.

Em carta de 16 de novembro de 1774 informou: «Já acabei de cobrir os quarteis e corpo da guarda e gorita e residencia e armaseis, que estavam do tempo do tenente Almeida (*Clemente de Almeida Pereira*): e no papel incluso verá V. E. a obra que se hia fazendo nesta Fortaleza» (51).

---

49)—Essas plantas não ficaram nos nossos archivos.

50)—Tambem esses desenhos não existem nos nossos archivos.

51)—Cod. 114, Cit.

Annexou ao communicado uma planta da fortaleza (52) sem escala de proporções, reproduzida na figura annexa, com a seguinte nota sotoposta ao desenho:

«Esta é a planta da Fortaleza; os palmos dos comprimentos das cortinas e angulos se estão vendo e tambem as alturas das paredes e o mais que não tem linhamento, nem alicerce tem: e o transito da porta nada tem; as paredes das muralhas estão grandemente masiçadas e de boas groçuras; para a parte da cidade só lhe falta o releixo das canhonheyras e pararapeito. Como se vê isto he feito por quem não é professor, não repare V. E. no Estilo. E durou esta obra mais de dois annos e trasia muita gente e se fez grande gasto, largou-se e foi tudo para Macapá gente e ferramenta.» (53).

Por falta de technica e de conhecimentos na arte do desenho por parte de seu autor, que aliás o confessa, não reproduz de facto a planta do ajudante Antonio José Pinto o que realmente existia construido da fortaleza.

Depois de 1773 não se tocou mais nessa construcção, nem para conserval-a e muito menos para remodelar ou alterar a sua configuração geometrica.

Examinando-a em 1927, isto é, 154 annos após aquella data, e levantando-lhe a planta, verifiquei a sua verdadeira figura, dada no desenho que abre este RELATORIO; as suas muralhas *possuem* espessura igual, em toda a extensão concluida, ou realizada, apresentando a largura de 10 palmos (2m,20) por 8 (1m,76) de profundidade, em alicerces, tendo a muralha propriamente dita paramento interno vertical com pequeno fructo externo, dentro dos limites da resistencia de materiaes.

Abaddonada pelos governos coloniaes, como fortificação, em proveito das obras da fortaleza de Macapá, passou a soffrer pelo tempo.

Desde muito a sua importancia lhe provinha da qualidade de *posto de registo*, prestando como tal importantissimo serviço ao fisco colonial (54).

Cada embarcação que subia a bacia amazonica era obrigada a exibir em Gurupá as suas licenças, tanto para ella propria, como para as pessoas que transportava e sujeitar ao visto o seu manifesto de cargas.

As que desciam tinham de provar a proveniencia e sujeitar-se ao policiamento das pessoas e carregamentos, só podendo entrar em Belem com sua licença de passagem e levando o manifesto dos generos que transportavam, assignado pelo commandante da fortaleza.

---

52)—E' o unico desenho da fortaleza de Gurupá que possuimos nos nossos archivos, no Pará.

53)—Cod. 114, Cit.

54)—As exigencias fiscaes rigorosas dos commandos da fortaleza deram logar á tão conhecida expressão do «*adeus Gurupá saudoso*», tanto por parte dos que lisamente desembaraçavam-se do seu fisco, como daquelles que conseguiam a elle furtar-se.

A minucia no exame de pessoas e cargas, sempre fastidiosa e enervante para os interessados, os fazia despedir-se por aquella fórma ironica do posto fiscal.

Ainda conservada pela tradição, é repetida a despedida por todos quantos pela cidade passam, ignorando-lhe o sentido e a razão de ser, isto é, a sua antiga magestade, dominadora de todo o transito da bacia Amazonica.

Alem dos manifestos parciaes, enviava este ultimo ao governo colonial, no fim de cada anno, um mappa geral dos generos descidos e fiscalizados.

Tanto pelos manifestos parciaes, como por essas demonstrações annuaes, pode-se hoje verificar a producção amazonica desse tempo, em qualidade e quantidade.

Não comportam estas notas a estatistica total desse passado.

A do anno de 1774, pelo ajudante Antonio José Pinto, em mappa geral (55), indica o movimento seguinte:

| | | |
|---|---|---|
| Cacau | 43.682 | |
| Salsa | 1.528 | |
| Cravalino | 2.373 | |
| Cravo grosso | 740 | |
| Arroz | 378 | |
| Peixe secco | 2.365 | arrobas |
| Carne de porco | 448 | » |
| Algodão | 54 | » |
| Puchury | 2 | » |
| Breu | 284 | » |
| Tabaco | 117 | » |
| Café | 26 | » |
| Estopa | 336 | » |
| Manteiga de tartaruga | 6.868 | potes |
| Peixe de moura | 89 | arrobas |
| Mixira | 42 | » |
| Arroz em casca | 928 | alqs. |
| Castanha | 439 | » |
| Tartarugas | 1.456 | centos |
| Jabotys | 60 | |
| Milho | 64 | mãos |
| Ouro (moeda) | 486$000 | |
| Ouro (barras) | 61:548$558 | (56) |

55)—«Mappa de todos os effeitos e drogas do sertão das Amazonas que se registarão no livro de registo da Fortaleza de Gurupá, de todo o tempo que commandou a dita o Ajudante de Cavallaria Auxiliar da Praça de Macapá Antonio José Pinto, que foi de des de outubro de 1773 té o ultimo de dezembro de 1774». Cod. 114. Cit.

56)—Lista dos remettentes do ouro:

| | | |
|---|---|---|
| Capitão José Moreira Lima | 486$000 | dinh. |
| Antonio Gonçalves dos Santos | 22:400$000 | barras; |
| Manoel Raymundo | 4:000$000 | » |
| Antonio Leite | 1:300$000 | » |
| José Caetano | 5:200$000 | » |
| Pedro Anastacio do Valle | 1:600$000 | » |
| Pedro Cordeiro (para entregar na Thesouraria Geral) | 1:343$419 | » |
| Domingos Ferreira | 24:953$302 | » |
| Manoel Fernandes Soares | 625$407 | » |
| Antonio Paes | 127$000 | » |
| Total | 62:034$558 | |

Provinha o ouro do centro do Brasil e devia trazer um manifesto de origem, para ser conferido em Gurupá.

Em 1800 exercia o commando da fortaleza o tenente José Leitão Fernandes.

Até 1812 a commandou Antonio José Guerreiro, substituido nesse anno pelo coronel José Marinho Lisboa (57), que serviu até 1816.

Em 1815 a estatistica de generos (58) registados foi a seguinte:

| | | |
|---|---|---|
| Anil | 9 1/2 | arrobas |
| Amarras de piassaba | 72 | amarras |
| Breu | 93 | arrobas |
| Bolas de piassaba | 5 | bolas |
| Çacau | 133.616 | arrobas |
| Cravo | 484 | » |
| Café | 4.072 | » |
| Carne | 1.399 | » |
| Couros | 177 | couros |
| Cebo | 39 | arrobas |
| Castanha | 40 | alqs. |
| Estopa | 331 | arrobas |
| Farinha | 1.459 | alqs. |
| Feijão | 126 | » |
| Manteiga de tartaruga | 9.807 | potes |
| Mixira | 239 | potes |
| Oleo de Copahyba | 136 | potes |
| Ouro (16 barras) | 1:465$735 | |
| Peixe | 22.844 | arrobas |
| Puchury | 142 | » |
| Salsa | 4.459 | » |
| Tabaco | 3.545 | » |
| Taboado | 73 | duzias |

O ultimo commandante da fortaleza do periodo colonial foi o capitão Lucas José Ferreira da Silva, que serviu até depois de 1823, anno em que o Grão-Pará adheriu á independencia do Brasil, em 11 de agosto.

No novo regimen politico perdeu Gurupá o seu valor de posto fiscal, em consequencia da nova organização dada, tanto ao fisco geral, como ao provincial.

Tambem foi abandonada, como sem valor estrategico, a sua fortaleza, como todas as demais da Amazonia, mesmo as que haviam sido erguidas na zona das fronteiras brasileiras.

Não encontram-se nos nossos archivos paraenses dados para verificar-se a autoria do projecto da actual fortaleza de Gurupá.

Parece que Gronfeld deu-lhe um delineamento, modificado para a figura actual pelo engenheiro Sambucetti.

---

57)—Em 1812 o registo do ouro accusou o total de 9:651$290; em 1813,..... 1:111$620; e 1814, 4:995$000 e em 1815, 1:450$735.

58)—Mappa dos generos registados na fortaleza de Gurupá no anno de 1815. Corresp. de div. com o gov. 1812—1816. Cod. n. 356 do Arch. Publ. do Pará,

Examinando-se o terreno em relação á planta actual, verifica-se que o delineador do forte, sem preoccupar-se em dar-lhe uma forma symetrica, utilizou habilmente o terreno disponivel, de accordo com as teorias antigas de fortificações, de modo a procurar-lhe as maiores difficuldades de escalada.

Abandonada pelos poderes publicos, mais do que do tempo, soffreram as suas muralhas da mão homem vasta depredação.

Construidas de pedra e cal, no systema antigo, são de facil destruição para o aproveitamento daquelle material.

De facto, desde que se precisava de pedas para construcções urbanas novas, fornecia a velha fortaleza o material, ao alcance de todos, como *res nullius*.

O novo edificio da Intendencia Municipal, inacabado ainda, pode gloriar-se da herança do material que lhe forma as paredes.

Resultou dessa utilização haverem ficado as muralhas reduzidas de mais de um terço das pedras que lhe deixaram os engenheiros coloniaes.

Das suas construcções internas, desappareceram o quartel, a casa da guarda e o calabouço, feitos de madeira com enchimento de taipa, o que verifica-se ainda hoje pelos respectivos escombros.

# GURUPÁ NA SUA VIDA COMMUNAL

A falta dos archivos do municipio, desapparecidos na voragem do tempo e tambem pela incuria dos homens, não permitte reconstituição historica alguma do passado communal de Gurupá.

Livros esparsos do regimen monarchico dos ultimos tempos e livros do periodo da republica, em collecção incompleta, é tudo quanto encontra-se actualmente nas estantes da intendencia para respigar-lhe a historia.

Dos primeiros tempos do imperio e da epoca colonial nada possue.

Quanto aos documentos da fortaleza, desses não ficou nem a casa do archivo.

A unica fonte de que se pode dispor é o Archivo Publico do Estado.

Neste tambem não se podem encontrar sobre a vida municipal gurupaense senão monumentos esparsos, reflexos de acontecimentos espaçados.

Recebeu Gurupá o predicamento communal e 1639, pela sua elevação a villa.

A data da installação e os nomes dos primeiros officiaes do Senado da Camara não são conhecidos.

Conforme a organização do tempo, este seria constituido por dois juizes ordinarios, a servirem por turno, tres vereadores e um procurador. O mandato era annual.

No primeiro seculo e até 1760 não podemos mencionar um só nome do corpo de vereação do Senado da Camara.

Em 1761 serviram como juizes ordinarios, cada qual no seu turno, Clemente de Almeida Pereira, accumulando tambem o commando da fortaleza e João Coelho.

Para 1763 foi ainda eleito Clemente de Almeida Pereira que continuou em 1764, até ser substituido no commando militar por Manoel da Motta e Siqueira.

Este, em carta de 7 de Março de 1764, communica ao governador Athayde Teive « achar-se Gurupá abandonada dos moradores e o matto entrando pelas portas e janellas das casas » (1).

Em 1761 occupou o cargo de juiz ordinario João Paulo da Rocha.

Amaro Pinto Vieira serviu como juiz ordinario em 1770, sendo escolhido juiz de orphãos Ayres Dornellas de Aragão. Não podendo este servir conjunctamente com o primeiro, em virtude da incompatibilidade legal de parentesco, não o quiz aquelle reconhecer, nem este deixar o cargo. Indo o recurso para o ouvidor geral Dr. José Feijó de Mello e Albuquerque, ordenou este ministro a sua substituição por Manoel de Oliveira Pantoja (2).

Para 1771 foi eleito juiz ordinario Alexandae da Costa. Até então não possuia o Senado da Camara casa propria, funccionando nas residencias dos juizes presidentes.

Desejando dotar a villa de uma casa para o Senado requereu em em abril ao capitão-general para fazel-a á sua custa, endereçando-lhe a seguinte petição: «Alexandre da Costa, morador na Boa Vista, juiz ordinario, diz que por não haver casa da Camara para as vereações, nem cadea, se anima o supplicante a fazellas as ditas duas casas da Camara e da cadea, tudo á sua custa, com seus escravos, em 8 braças de chãos, que presente está armada com portaes e janella e pertende acabar em este anno do seu juizado, e para essa obra precisa de 6 indios de Porto de Moz, Villarinho do Monte e Carrazedo, pagando-lhes na forma do estillo.» (3)

Obteve despacho favoravel do capitão-general em 4 de maio de 1771.

Não dizem os documentos si realmente levou a effeito a proposta.

Teve como companheiro no juizado Chrispim Alves dos Santos, sendo vereadores Amaro Vieira Pinto, José Manoel Soares e Ignacio Xavier Cardoso e procurador Manoel Gonçalves da Silva, que era analphabeto (4).

Em 1773 o Senado da Camara ficou constituido pelos juizes ordinarios Aleixo da Costa e Antonio Fellippe Neriz, pelos vereadores Manoel Ferreira Nogueira, José Aranha de Vasconcellos e Hygino Ignacio de Aragão e pelo procurador Caetano dos Santos do Nascimento (5).

Em 1805 serviram como juizes ordinarios Antonio Vicente Supiro e José Fróes de Brito.

Pouco abalo produziu em Gurupá a noticia da revolução constitucionalista de 1 de janeiro de 1821 em Belem.

A adhesão da provincia do Grão-Pará á independencia, em 11 de agosto de 1823, encontrou na vereação da Camara gurupaense Luiz Carlos Vieira, presidente, vereadores Ignacio José Cardoso, Florencio Albino do Rosario e Jeronymo Manoel Monteiro, e procurador Alexandre Antonio Torres, que a 12 de outubro, em acto solemnissimo pro-

---

1)—Corresp. de div. com o gov. 1752—1773. Cod. n. 8 do Arch. Publ. do Pará.

2)—Carta em 6 de julho de 1770. Corresp. de div. 1770. Cod. n. 103 do Arch. Publ. do Pará.

3)—Petição de abril de 1771. Cod. n. 114 do Arch. Publ. do Pará. Cit.

4)—Cod. 114. Cit.

5)—Off. de 22 de março de 1773. Corresp. de div. com o governo. 1769—1774. Cod. n. 101 do Arch. Publ. do Pará.

clamaram a adhesão do municipio ao novo regimen politico do paiz, communicando a ceremonia á Junta Provisoria do Governo da Provincia em officio de 1º de dezembro de 1823, fazendo-o acompanhar da acta então lavrada (6).

Depois da proclamação da independencia continuou em Gurupá o processo de renovação da Camara que vinha sendo usado na epoca colonial, quando não havia pilouros feitos pelo ouvidor geral da comarca.

Reunia-se a assembléa dos *homens bons* da communa para ele-

---

6)—*Acta da adhesão*—Certifico em fé de verdade que no Livro que neste Senado serve de Termo de Vereações a folha oitenta e oito se acha o termo do teor seguinte :

Aos dose dias do mez de outubro de mil oitocentos e vinte e tres nesta Villa de Santo Antonio do Gurupá nas Casas da Camara della onde se achavão reunidos os Cidadãos que formão aquella Corporação e em cujo largo reunirão as Authoridades aqui constituidas e toda a nobreza e povo desta mesma Villa para o fim de ser aclamado o Muito Alto e Poderoso Senhor dom Pedro primeiro Imperador do Brasil e logo pelo primeiro Vereador do mesmo Senado foi repetido por tres vezes os vivas seguintes : Viva a Religião Catholica Romana—Viva a Independencia politica do Brasil—Viva o Grande Imperador Constitucional o Senhor Dom Pedro primeiro—Viva a Imperatriz a Senhora Dona Maria Carolina Josefa Leopoldina—Viva a dinastia da Caza Imperial Brasileira—Viva os Abitantes do Brasil—o que foi correspondido unanimemente pelos assistentes asima ditos com hum enesplicavel enthusiasmo e pela fortaleza desta Villa onde foi selebrada Missa e *Te Deum* com as praxes do estilo sendo o que foi pelo Capitão Lucas José Ferreira da Silva que commandava a mesma companhia de Milicias do seu commando aqui estacionada a que se achava reunido o destacamento Militar desta Fortaleza que se achava egualmente formado ao largo do ditto Senado e na ocasião dos vivas asima ditos avia dado tres descargas de mosquetaria, de alegria a que correspondeu a Fortaleza como ditto fica, repetido novamente os mesmos vivas e correspondido pela mesma tropa e pelo mais povo que apinhava o largo da Matriz seguindo a isto de novo outras treis descargas de mosquetaria de alegria e correspondencia da Fortaleza da mesma forma que a primeira designada e depois todas as authoridades constituidas desta Villa e mais nobreza e povo della e seu districto foram a Caza da Camara onde prestarão o Juramento de fidelidade ao nosso Magnanimo Soberano Imperador do Brazil o Senhor dom Pedro primeiro na forma seguinte :—Juro aos Santos Evangelhos em que punho as minhas mãos, obediencia, è Fidelidade a sua Magestade mperial o Senhor Dom Pedro primeiro e seus successores, observar e fazer observar todos os seus Decretos e Leis existentes manter e defender a Indepedencia do Reino do Brazil até derramar todo o meu sangue—tudo em conformidade da Ordem da Excellenticima Junta Provisoria do Governo Geral desta Provincia de vinte e nove de agosto proximo passado que tudo para constar mandou o Senado da Camara lavrar este termo em que assignam com as dittas Authoridades, e empregados e os mais conspicuos abitantes desta Villa, e Eu Mathias José de Aragão Escrivão comissario que escrevi—*Luiz Carlos Vieira*, juiz presidente—*Ignacio José Cardoso*, primeiro vereador—*Florencio Albino do Rosario*—*Jeronimo Manoel Monteiro*—*Alexandre Antonio Frois*, procurador—O paroco Fr. *Manoel do Nascimento*—*Joaquim José Gomes*—Capitão commandante *Lucas José Ferreira da Silva*—O professor de primeiras letras *Alexandre de Siqueira Queiroz*—O alferes *Francisco Antonio Ferreira da Silva*—O tenente secretario do Corpo de Ligeiros de Santarem *Francisco Xavier de Azevedo Coutinho*—O alferes *João da Paixão Froes*—*Manoel do Rosario de Souza*—*João Urbano da Fonseca*—E não se continha mais em o dito Termo que eu Escrivão a qui bem i fielmente trasladei do propria que se acha no ditto livro, e com elle esta certidão conferi concertei escrevi e encerro e tambem assignei. Gurupá vinte e tres de outubro de mil oitocentos e vinte e tres e eu *Mathias José de Aragão* Escrivão comissario o escrevi e assignei—*Mathias José de Aragão.*» Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 405.

ger eleitores que organizavam os pilouros para tres annos, contendo cada qual seis nomes : dois juizes, tres vereadores e um procurador.

Algumas vezes elegia aquella assembléa directamente a Camara.

Entrando em vigor a lei geral do imperio de 1º de outubro de 1828, que organizou a vida communal no Brasil imperio, como nas demais municipios, procedeu-se em Gurupá á eleição da primeira Camara Municipal, para o quatriennio de 1829 a 1832, sendo votados e empossados José da Costa Pimentel, Rosendo Marques dos Reis, Florencio de Souza Froes, Mathias José de Aragão, Luiz Carlos Vieira, Francisco Antonio Nunes e Hermogenes Souto.

Installou esta Camara o novo regimen municipal, havendo governado sem incidente.

A segunda eleição para o periodo de 1833 a 1836, levou para a Camara Manoel Joaquim Bentes, presidente, e vereadores Florencio Albino do Rosario, José Roberto Pimentel, João Felippe, Clemente José de Aragão, Antonio Xavier Cardoso, Antonio Luiz Bragança e Manoel Luiz Santarem.

A 27 de fevereiro de 1832 assumira a presidencia da Provincia do Pará o tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira (7), tocando-lhe a tarefa de pôr em execução a lei geral do imperio que promulgou o Codigo do Processo Criminal, em virtude da qual «aos presidentes em conselho incumbia fazer quanto antes a divisão das respectivas provincias em termos e comarcas».

Dando cumprimento ao dispositivo, aquelle presidente, em Conselho do Governo da Provincia, nas sessões de 10 a 17 de maio de 1833, fez a divisão do Pará em tres comarcas, do Pará, do Baixo Amazonas e do Alto Amazonas, supprimindo a comarca de Marajó (8).

Na nova divisão, ficou o termo de Gurupá, constituido pela villa de Gurupá e logares Carrazedo, Villarinho do Monte e Boa Vista, incluida na comarca do Baixo Amazonas, com séde em Santarem.

A Camara de 1833—36 viu decorrer os dias agudos do inicio da *cabanagem*, começada pelo assassinato do presidente da provincia Bernardo Lobo de Souza, em 7 de janeiro de 1835, em Belem, do qual decorreu a ascenção de Felix Antonio Clemente Malcher, por sua vez sacrificado pela propria revolução em 21 de fevereiro seguinte e substituido por Francisco Pedro Vinagre, deposto e preso a 26 de julho subsequente.

A situação da Provincia assumiu um caracter grave, quanto á ordem publica, respeito á propriedade, e á familia, no interior, porquan-

---

7)—Governou de 27 de fevereiro de 1832 a 4 de dezembro de 1833.

8)—Creada pelo alvará de 17 de agosto de 1816, teve como primeiro ouvidor e corregedor o dr. Dr. José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, filho do capitão-mór Francisco Xavier da Costa Aguiar e de D. Barbara Joaquina de Andrada, irmã do patriarca da nossa independencia José Bonifacio de Andrada e Silva.

Achava-se o Dr. Aguiar de Andrada no Pará, onde exercia o cargo de juiz de fora e de procurador da fazenda, dos defunctos e ausentes e capellas, de Belem, por nomeação de 20 de fevereiro e 17 de março de 1812. Teve a nomeação de ouvidor de Marajó em 20 de abril de 1820, tomando posse do cargo em 2 de agosto seguinte. Neste posto o veiu buscar a eleição de deputado ás Côrtes Portuguezas de 1820, por S. Paulo.

A ouvedoria de Marajó comprehendia a ilha do mesmo nome.

to, livres dos freios da coersão legal, bandos de facinoras espalharam-se pelos rios a commetter todas as especies de crimes.

Nesta emergencia as Camaras de Gurupá, Tapajós (Santarem), Monte Alegre e Cametá formam um entendimento de resistencia e convidam a de Macapá, onde existia guarnição, para fazer frente ao movimento da Capital, enfrentar e recusar relações com o seu governo e tomar medidas contra o banditismo.

Fizeram os edis de Gurupá reassestar os velhos canhões da fortaleza e prepararam-se para qualquer ataque.

Esta situação é legada aos substitutos do periodo seguinte.

A 7 de janeiro de 1837 juramentaram-se e tomaram posse para servir na Camara até 1840 Leonardo José Fróes, Pedro Alexandrino da Fonseca, Carlos Antonio do Espirito Santo, Joaquim Pereira Lima, Luiz Antonio Bragança e Florencio Albino do Rosario.

Entre os vereadores do quatriennio de 1841—1844 contaram-se Luiz Manoel Ruiz de Aragão, presidente da Camara, e José Felix de Abreu, Manoel Ferreira da Silva, Antonio Paulino Ferreira e Manoel P. Pereira.

No periodo desta vereação creou a lei provincial do Pará n. 87 de 30 de abril de 1841 as duas comarcas de Cametá e Macapá, incluindo a portaria do governo, da mesma data, o termo de Gurupá na segunda, conjunctamente com Macapá, Chaves e Porto de Móz.

De 1845 a 1848 serviram na Camara Municipal João Ruiz de Aragão, Manoel Ferreira da Paixão, José Roberto Pimentel, Valentim Antonio Garrido, Francisco de Paula Leitão, Luiz Carlos Vieira e Carlos Antonio do Espirito Santo.

Em 1848 a lei provincial n. 147 de 24 de outubro desannexa do municipio de Gurupá, para incorporal-os ao de Porto de Móz, a freguezia de Villarinho do Monte e os logares Boa Vista e Tapará, á margem do rio Xingú.

Adveiu a desaggregação por motivos politicos, pois, tratava-se de desbancar da Camara Municipal elementos que possuiam forças eleitoraes naquelles logares, em favor de outros que com ellas não poderiam vencer as eleições municipaes.

De facto no quatriennio de 1849 a 1852, assentaram-se nas cadeiras da Camara Pedro Alexandrino da Fonseca, Benedicto Antonio Fróes, João Raymundo dos Santos, Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca, João Nunes Pereira Lima, Francisco de Paula Leitão e Manoel Rabello Mendes, que com excepção do penultimo ainda não haviam figurado na Camara.

Inicia-se nesta epoca a arregimentação dos partidarios, para constituirem os dous campos politicos, liberaes e conservadores, do periodo da monarchia.

Para o quatriennio de 1853—1856 sahiram eleitos e tomaram posse Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca, Manoel Luiz Santarem, João Rabello Mendes, Raymundo Nonnato de Aragão, Pedro Alexandrino da Fonseca, Felix Antonio dos Santos e Martinho Izidoro Pereira Guimarães.

Ainda neste periodo de vereação tornou-se necessario sacrificar

no altar da politica mais um pedaço do territorio do municipio, a freguezia de S. José do Carrazedo, annexada á de Villarinho do Monte e transferida para o municipio de Porto de Móz, pela lei provincial n. 233 de 21 de dezembro de 1853.

A vereação de 1857—1860 ficou constituida por Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca, Pedro Alexandrino da Fonseca, João Nunes Pereira Lima, Martinho Izidoro Pereira Guimarães, Ignacio Carlos Vieira Lima, Manoel do Nascimento Gomes do Amaral e Franc sco Barreto da Fonseca.

Durante o seu exercicio, recebeu Gurupá o predicamento de comarca de 1.ª entrancia, pelo decreto imperial n. 1871 de 13 de março de 1857, e o de n. 1.955 de 8 de agosto seguinte separou o termo de Gurupá do de Porto de Moz, creando nelle o logar de juiz municipal e de orphãos.

Em assumpto politico, consegue a vereação a volta ao Municipio de Gurupá do territorio da freguezia de Villarinho do Monte, em virtude da lei provincial n. 320 de 25 de setembro de 1858.

Esta reversão preparou a queda politica do partido que dominava na Camara, apresentando a eleição para o quatriennio de 1861—1864 os novos vereadores Antonio Nunes Pereira Lima, Pedro Alexandrino da Fonseca, Manoel Luiz Santarem, Raymundo Nonnato Barreto de Aragão, José Fraacisco Cardoso da Fonseca, Manoel Rabello Mendes e Henrique Joaquim de Carvalho.

Antonio Nunes Pereira Lima, Francisco Cardoso Barreto da Fonseca, Francisco de Paula Leitão, José Lourenço Branco Guimarães, José Antonio Torres e Joaquim Augusto Ferreira Penna, serviram no periodo de 1869 a 1868.

No quatriennio seguinte de 1869 a 1872 voltaram a dominar a Camara as forças politicas chefiadas por Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca, eleito seu presidente, com os vereadores João Rabello Mendes, Severiano Bezerra de Albuquerque, Joaquim Nunes Pereira Lima, Manoel Pereira Lima e Manoel Raymundo da Fonseca.

De 1873 a 1876 serviu Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca, Manoel Luiz Santarem, João Rabello Mendes, Manoel Thomaz Serra e Benedicto Antonio Bragança.

Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca, Manoel Luiz Sentarem, João Rabello Mendes, Virgilio Honorio da Silva Russo, Narcizo Gomes Vianna, Camillo Nunes Pereira Lima e Feliciano Antonio de Paiva composeram a Camara de 1877 a 1880.

Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca recebera por esse tempo as honras do baronato com o titulo de Barão de Gurupá e fôra por carta imperial nomeado 3.º vice-presidente da Provincia do Pará.

Continuou elle na presidencia da Camara Municipal no quatriennio de 1881-1884, sendo vereadores Camillo Nunes Pereira Lima, Feliciano Antonio de Paiva, João Evangelista do Espirito Santo, José Pereira de Souza, Ignacio José C. da Fonseca, Ignacio da Costa da Fonseca e João Rodrigues Vaz.

Para o periodo seguinte 1885-1888 foram eleitos Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca, João Francisco Cardoso da Fonseca, Feliciano

Antonio de Paiva, João Rodrigues Vaz, Maximiano Rabello Mendes e João Lourenço da Silva, que effectuaram a ceremonia da installação de Gurupá na categoria de cidade, predicamento concedido pela lei provincial do Pará n. 1.209 de 11 de novembro 1885.

Foi esta Camara dissolvida em 1886, sendo eleitos para 1887-1890 Alipio da Assumpção Urbano da Fonseca, Zeferino Ignacio Urbano da Fonseca, Antonio Elias de Carvalho, Firmino Xavier Cardoso, Joaquim Antonio Coelho, Ignacio Apolyceno da Silva e Antonio Benedicto de Mello.

A proclamação da Republica em 15 de novembro de 1889 e subsequente adhesão do Pará em 16 seguinte vieram encontrar na direcção dos interesses de Gurupá essa Camara, presidida por Alipio d'Assumpção Urbano da Fonseca e dissolvida pelo decreto n. 48, de 19 de fevereiro de 1890 do governo provisorio do Estado.

Na mesma data, o decreto estadoal n. 49 creou o Conselho de Intendencia Municipal, para o qual nomeou o governo, presidente, Francisco Cardoso Barreto da Fonseca, e vogaes Maximiano Rabello Mendes, Manoel de Jesus Barretto, João Francisco Mugo, Antonio Nunes Cardoso, Pedro Maria da Silva e Benedicto Antonio Bragança. Este ultimo não acceitou a nomeação, sendo substituido por Antonio Evaristo Corrêa Lima.

Tomou posse este Conselho a 12 de março de 1890.

Depois da entrada do Pará no regimen constitucional, dirigiram-se os destinos municipaes successivamente os intendentes seguintes, por eleição: Coronel Maximiano Rabello Mendes, atè 15 de novembro de 1891.

Succedeu-lhe o coronel Cezar de Carvalho Moura Serra, eleito para o triennio de 1897-1900 e reeleito para o seguinte até 1903. Em dezembro de 1901, apenas no começo do triennio, renunciou o mandato, concluindo o seu tempo o vogal Manoel Joaquim Sophia, em 15 de novembro de 1903.

Nesta data assumiu o cargo o bacharel Flaviano Flavio Baptista, reeleito atè 1909.

Prestou este intendente valiosos serviços ao municipio.

Deu-lhe boa organisação administrativa, installou na sua séde a illuminação a acetyleno, cuidou dos limites municipaes, apresentando ao governo do Estado, em 1905, memorial elucidativo das lindes communaes (9), acompanhado de um mappa geral de Gurupá (10).

Havendo irrompido, principalmente na séde do municipio, em 1905, forte endemia paludica, com caracter geral, contractou o. dr Flaviano Baptista os serviços medicos do Exmo. Snr. Dr. Dionysio Auzier Bentes, para a assistencia geral no Municipio e tambem para organizar a prophylaxia.

Prestou S. E. com a maxima dedicação, o concurso da sua acti-

---

9)—Memorial sobre os limites do Municipio de Gurupá. apresentado ao Dr. Augusto Montenegro. Typ. Gutenberg. Pará, 1905.

10)—Do autor deste Relatorio e até o presente inedito

vidade, conseguindo debellar a epidemia, voltando a cidade ao seu aspecto normal de salubridade (11).

Levantou ainda aquelle intendente o novo predio da intendencia municipal, edificio de boa architectura e magestoso, que não conseguiu concluir na sua administração.

De 15 de novembro de 1909 a igual data de 1915, com uma reeleição, exerceu o mandato de intendente municipal de Gurupá João Augusto de Almeida Telles, ao qual succedeu o bacharel Pio de Andrade Ramos, até 1918.

Para o triennio de 1918-1921 reuniu os votos do eleitorado gurupaense, para aquelle cargo o coronel Maximiano Rabello Mendes, que teve como successor o capitão Anacleto Ferreira dos Santos.

Em junho de 1925 foi nomeado intendente o coronel Cezar de Carvalho Moura Serra, que ainda continúa no cargo.

Possuia o municipio um unico jornal, *O Gurupaense*, bi-hebedomadario, cujo primeiro numero teve publicação em 15 de novembro de 1892 e perdurou até 1901.

Em 1926 recebeu Gurupá, aliás o unico logar do Baixo-Amazonas, a honra da visita do Exmo. Sr. Dr. Washington Luis, eleito presidente da Republica, quando de sua excursão ao norte do Brasil, tomando conhecimento da vastidão do nosso paiz, estudando-a de visu e por impressão propria, antes de assumir o elevado posto de chefe da nação.

Levou-o essa digressão á antiga dominadora da bacia amazonica brasileira a recordação do grande bandeirante paulista Antonio Raposo Tavares, o senhor Quitauna, cujo feitos S. Exc., em valiosa memoria historica, estudou (12).

Penetrar no recinto da velha fortaleza que acolhera, em 1651, aquelle desbravador dos nossos sertões, fôra o desejo de S. Exc. ao repassar a vetustez do antigo posto de fiscalização e registo do baixo-Amazonas.

Lá desembarcou S. Exc. no dia 17 de julho de 1926, proseguindo na mesma data, á 1 hora da tarde, a sua viagem para o alto Amazonas.

---

11)—Chamado do Senado da Republica para o governo do Estado pelo voto dos seus concidadãos, assumiu o Exmo. Snr. Dr. Dionysio Auzier Bentes a gestão da administração do Pará em 1.º de fevereiro de 1925. Não se fez S. E. illusão do pesados encargo que recebia. Finanças ruins e sem orientação; credito interno e externo abalados profundamente; funccionalismo e fornecedores sem recebimentos; obras novas não existentes e as imprescindiveis de conservação paralysadas; accentuada desorganisação nos serviços publicos, por falta de pagamentos, e o ambiente politico assás perturbado. Corajosa e energicamente enfrentou S. E. tal situação, e hoje o seu governo pode e deve ser justamente denominado o governo de restauração do Pará.

12)—Noticiou a imprensa de Belem a passagem de S. Exc. pela cidade de Gurupá, como uma informação colhida de pessoa que viajou no paquete «Pará», do Lloyd Brasileiro.

«Ao que ouvimos, foi o desejo de conhecer um velho forte ahi existente e por ser o logar onde ha muitos annos aportou um bandeirante, se não nos falha a memoria, Antonio Raposo Tavares, cuja vida o dr. Washington parece conhecer nas suas minucias, como historiographo que é». («Folha do Norte», n. 11.170, XXX anno, de terça-feira, 27 de julho de 1926).

Já este Relatorio mencionou o trabalho de S. Exc.

Foi S. Exc. recebido na cidade pelo coronel Joaquim Gomes, presidente do Conselho Municipal, então no exercicio interino do cargo de intendente.

Este modesto RELATORIO é, para assim o dizer, uma decorrencia da visita de S. Exc.

Gurupá, que geographicamente está situada a 1° 24' 07" de latitude sul e a 8° 24' 32" de longitude occidental do meridiano do Rio de Janeiro, continúa ainda hoje a ser ponto, muito embora nem todos nelle parem, de passagem de todos os grandes e pequenos vapores e embarcações de reduzido porte, que sobem e descem o rio Amazonas, tão pobre de pharolagem.

No velho forte, attestando a sua utilidade, não mais como ponto ponto estrategico militar, mas como guia da boa navegação, bem poderia scintillar brilhante pharol, significando carinhoso empenho em conservar a reliquia historica, que serviu de base, não só para a sua affectiva posse, como para a conquista e incorporação ao territorio nacional da mais vasta rêde hydrographica do mundo, quasi toda pertencente ao Brasil, a Amazonia.

A terra firme altaneira em que assenta lhe dá o cunho da dominação e as suas passadas glorias conservar-se-ão.

O territorio do Municipio de Gurupá é constituido de uma região de terra firme, entre o rio Xingú e o furo do Tajapurú e de outra de varzeas representada principalmente pelas grandes ilhas incluidas nos seus limites.

Na parte de terra firme existem terras devolutas do Estado.

A terra firme, alem de pequenos cursos de agua, é regada pelos rios Pucuruhy e Marajohy, entre os quaes as terras offerecem qualidades de aproveitamento para a agricultura.

O trecho comprehendido entre o rio Amazonas e Pucuruhy é bastante arenoso, constituindo terras pobres para culturas.

Comtudo nesse trecho existem algumas campinas com capacidade para um maximo de 300 cabeças de gado, desde que sejam devidamente preparadas.

O mappa annexo apresenta o municipio.

# ESTADO ACTUAL DA FORTALEZA

Em cumprimento ás instrucções e determinações recebidas, ao chegar á Gurupá encontrei já iniciados os trabalhos de limpeza das muralhas e terrenos circumvisinhos á fortaleza, por iniciativa do sr. coronel Cezar de Carvalho Moura Serra, intendente municipal.

Fiz completar esses serviços, de forma a fazer sobresahir, tanto do lado de terra, como do rio as suas vetustas amuradas.

Quem contempla essas muralhas não lhes pode dar a classificação de ruinas: linhas rigidas, tiradas com esmero, a indicar-lhe os contornos, sem afastamento do traçado que lhe deram seus architectos, sem haverem fugido dos alinhamentos rectos dos pannos do polygono inicial, sem inclinação nas suas perpendiculares internas e sem fuga na inclinação de frente, no paramento externo.

Nem uma fenda a attestar desnivel de fundações, nem um desmoronamento a mostrar falhas na sua estabilidade.

E o profissional engenheiro actual, habituado a rigidez dos cimentos modernos, não pode deixar de admirar aquella força de resistencia, sem quebra de linhas, a demonstrar o bem acabado de obra com materiaes hoje reputados secundarios, e inapplicados em taes construcções.

Para o conhecedor do passado historico, não representam aquellas muralhas ruinas, mas o inacabado de uma obra, de valor technico para o tempo e já depredada pelas gerações posteriores.

Si a parte, das chamadas obras mortas, ruiu, a parte viva e de resistencia permaneceu, quasi que desafiando o tempo, esse agente voraz, que nada respeita.

Importava, porem, pela commissão de que fôra incumbido, examinal-a minuciosamente, tanto quanto á sua configuração, estructura, condições de estabilidade, como ainda verificar o conjuncto existente e o que deveria ter sido no tempo passado.

Levantei a planta geral; fiz o nivelamento da area interna; medi em extensão, espessura e altura as muralhas existentes; loquei as antigas construcções internas, cujos restos de edificação indicavam a respectiva utilidade, como o quartel, a casa da guarda e calabouço e o paiol, de tudo procurando formar segura idéa, pelo que restava.

Com esses elementos todos, deixados pelo passado, pode-se fazer uma perfeita reconstituição, em que os valores da esthetica moderna têm a reclamar, mas que se devem dobrar perante a restauração historica.

Nesta, se ha de reproduzir o que pensaram e construiram os engenheiros passados, tendo como ponto de vista a pressão de economia estatuida pelos governos da Capitania e o estreito de commodidades imposto pela epoca.

Mostrou o exame das muralhas e terraplenos internos existentes haver sido o ultimo delineamento, projectado para fortaleza um polygono irregular de treze lados, traçado no intuito de aproveitar, com maxima area interior, a extensão do terreno disponivel, na ponta do barranco, escolhida para a sua construcção.

O plano superior do respaldo dos seus alicerces fica situado a 13m,20 acima da linha da maré media.

O barranco do seu assento apresenta, do lado do rio Amazonas um corte quasi a prumo, sendo inaccessivel, sem apparelhamento adequado, para uma escalada. Mesmo a vegetação, que em parte a recobre, só offerece relativa accessão, da altura de cinco metros para cima da linha dagua. Do lado do igarapé é o solo baixo.

Possuia, no tempo, em que curto era o alcance das peças de grosso calibre, montadas em embarcações de guerra, grande efficiencia offensiva e defensiva.

Assim é que, mesmo em embryão de forte, fez-se respeitar por patachos de guerra hollandezes e de piratas, á caça de commercio aventureiro.

As primeiras verificações, aconselhadas pela nossa technica profissional, dirigiram-se á estabilidade do barranco, em que assenta o forte, attenta a circunstancia de ser cortado quasi a pique e acharem-se as muralhas á distancia diminuta da extremidade do mesmo barranco.

Encontramos uma contextura de solo formada de pedras de grés ferruginoso, compacto, que em um bloco só, em vista da dureza da argila que serve de liga ao conjuncto.

Entretanto, existe algum solapamento na sua base, devido á acção erudente das aguas amazonicas, não affectando ainda a estabilidade do peso de alvenaria existente no conjuncto das muralhas da antiga construcção.

Para garantir o barranco torna-se necessario um enrocamento geral, em seu torno, do lado do rio Amazonas.

O exame das muralhas existentes, sua configuração e dos restos de terraplenos encontrados mostram que o recinto fortificado media perimetricamente, pela face interna das mesmas muralhas, 249,80 metros de extensão, divididas em cortinas desiguaes, como mostra o desenho que abre este Relatorio.

Estudando as muralhas, encontra-se, para a secção transversal dos alicerces 10 palmos de largura (2m,20) por 8 ditos de altura (1m,76); para a secção da muralha um trapezio rectangulo de bases inferior e superior respectivamente iguaes a 9 1/2 palmos (2m,11) e 7 palmos e 5

(1m,60); com altura de 20 palmos (4m,40), com fructo para a face exterior.

A muralha era coroada por um parapeito de secção rectangular com quatro palmos de altura.

Esse parapeito corrido, sem solução de continuidade, permittia por cima delle passar a alma das peças, montadas em reparos fixos, descançando sobre a explanada do terrapleno interno, de largura conforme o calibre das peças e a disposição das construcções internas, explanada rampada para o centro do polygono da fortaleza.

Esse terraplano parece só haver sido feito sobre as cortinas das muralhas do lado do rio Amazonas.

No angulo saliente do lado de baixo da fortaleza estava a guarita de vigia, principalmente de embarcações que subiam o rio, podendo ainda descortinar ao longe as que descessem.

Correspondendo ao centro da segunda cortina, a contar da guarita para cima, e um pouco recuado della alçava-se o mastro da bandeira e do pharol.

O portão da entrada, do qual não encontra-se vestigio, devia achar-se em uma das cortinas que faciavam a praça do pelourinho, hoje praça da matriz.

Possuia internamente o edificio do *quartel*, situado do lado de terra, com fundos para o igarapé da Fortaleza; a *casa da guarda*, de forma hexagonal, com altura sobrepujando as muralhas e tendo nos baixos o *calabouço*; finalmente o *paiol*, soterrado no terrapleno e encostado em uma das cortinas da muralha com frente para o rio.

As situações da guarita e do mastro são indicadas na planta do ajudante Antonio José Pinto.

O quartel era uma edificação de enchimento, isto é, de estructura de madeira, com esteios fortes para supportar a cobertura, e com paredes de sopapo, cujos escombros indicam as seguintes dimensões 115 palmos de comprimento por 20 palmos de largura, com pé direito mais alto que as muralhas.

A casa da guarda constituia um hexagono regular.

Os restos dessa construcção mostram essa figura, bem como que o tecto era supportado por um prumo central de madeira.

O accesso para ella era feito por uma rampa de terra, voltada para o centro da fortaleza.

As photographias annexas offerecem, uma o aspecto geral da fortaleza do lado da praça da Matriz e outra a vista do mais alto panno de muralha existente.

O desenho que acompanha este RELATORIO apresenta o estado actual da antiga construcção, verificando-se existirem duas secções da antiga muralha e mostrando o que está de pé e o que falta.

Nelle se podem ver a configuração geral da antiga construcção, em planta e em perfil longitudinal das muralhas; as secções transversaes destas, no que está construido e no que exige complemento, com a facilidade de calculo da cubagem total das alvenarias e da parcial a completar; a situação do quartel, da casa da guarda, do paiol e da

guarita; uma secção transversal de reconstituição; e detalhes do quartel, da casa da guarda e do paiol.

As muralhas existenes, acham-se em bom estado de conservação.

Para garantia da conservação do barranco, como ficou dito, torna-se necessario fazer um enrocamento.

Não apresentam as muralhas signal algum de haverem sido revestidas de emboço e reboco.

As construcções internas precisam ser refeitas, bem como restaurado o terraplano interno.

O orçamento que acompanha este RELATORIO especifica detalhadamente as obras de restauração a fazer.

Do artilhamento da fortaleza restam inteiras duas peças de ferro do periodo colonial e uma rebentada.

Os morteiros e a ronqueira de bronze, que dizem os antigos haver possuido, já foram arrecadados pelo Ministerio da Guerra em tempos passados

* * *

Exmo. sr. dr. governador.

Organizando este RELATORIO, bem como as plantas e orçamentos que o acompanham, procurei, na medida das minhas forças, dar o mais completo desempenho á commissão com que V. E. me honrou. Si outro valor não tiver o trabalho, pelo curto espaço de tempo que tive para elaboral-o, possue o muito de boa vontade e de dedicação.

* * *

Tenho que encarecer o fidalgo acolhimento recebido por parte do Sr. coronel Cezar de Moura Serra, digno intendente de Gurupá e de sua exma. familia, que não pouparam esforços no sentido de levar a effeito a minha commissão, fornecendo-me tudo quanto precisei, sem sem despeza alguma para o Estado.

Nesta pagina fica o meu profundo agradecimento, bem ainda a toda a familia gurupaense, que, sem distincção de credos politicos, me cumulou de attenções.

Devo ainda mencionar os bons serviços prestados pelo agronomo Antonio Joaquim Vianna Dutra, capitão da Força Publica do Estado, como auxiliar technico designado pelo governo do Estado, para os trabalhos que tive de executar, não somente quanto ao levantamento da planta da fortaleza de Gurupá, nivelamentos e medida de alvenarias existentes, como tambem pelo valioso concurso por elle prestado nos trabalhos de desenho, feitos *in loco* para verificação dos levantamentos executados, e nos calculos necessarios para a organização dos orçamentos que submetto á consideração do Governo do Estado.

A sua correção militar e dedicação ao trabalho exige digna referencia.

# BIBLIOGRAPHIA

## IMPRESSOS


MENDES CAVALLEIRO.—Fastos Paraenses.

P. LUIZ FIGUEIREDO.—Relaçam de varios successos acontecidos no Maranham e Gram Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde olandez, inglezes e francezes, e outras nações. An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. Vol. I. 1902.

AN. DA BIBL. E ARCH. PUBL. DO PARÁ.—Vols. I, II, III, IV, VI.

REV. DO INST. HIST. E GEOGRAPH. DO PARÁ.—Vol. V. 1926.

CHRISTOBAL DE ACUNA.—Nuevo descobrimiento del Amazonas.

RIO BRANCO.—Frontières entre le Brésil et la Guyane Française. Tomo II. Docs.

P. JOSÉ DE MORAES.—Historia da Componhia de Jesus.

BAENA.—Ensaio Corographico sobre a Prov. do Pará.

ACCIOLI.—Corographia Paraense.

BERREDO.—Annaes Historicos.

WASHINGTON LUIS.—Antonio Raposo.

AFFONSO DE TAUNAY.—A proposito da estatua de Antonio Raposo Tavares. Rev. Nac. An. I, n. 13. 1922.

P. JOÃO DE SOUZA FERREIRA.—America Abreviada. Rev. do Inst. Hist. Bras. Tomo LVII, parte I. 1894.

REV. DO INST. HIST. BRAS.—Tomo 79, parte II. 1908.

FLAVIANO FLAVIO BAPTISTA.—Memorial sobre os limites do Municipio de Gurupá. 1905.

PALMA MUNIZ.—Delimitação intermunicipal do Estado do Grão-Pará. Vol. IX. An. da Bibl. e Arch. Publ. do Pará. 1916.

PALMA MUNIZ.—Patrimonios dos Conselhos Municipaes do Estado do Pará. 1904.

THEODORO BRAGA. — Noções de Chorographia do Estado do Pará. 1920.

BIBLIOTHECA NACIONAL.—Docs. para a hist. da conq. e col. da costa leste-oeste do Brasil, 1905.

Collecção de leis e actos da Provincia do Pará. 1838—1889.

Collecção de leis e actos do Estado do Pará. Periodo da Republica.

A. RANGEL.—Quando o Brasil Amanhecia.

# II

## MANUSCRIPTOS

Carta do Arcebispo de Lisboa a Gaspar de Souza, em 6 de setembro de 1616. Liv. 2.º do Governo do Brasil. Cod. manuscr. do Museu Paulista.

Corresp. de div. com o Gov. 1752-1754. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 6.

Corresp. de div. com o gov. 1752-1769. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 7.

Corresp. de div. com o gov. 1752-1773. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 8.

Corresp. de div. com o gov. 1752-1777. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 9.

Corresp. de div. com o gov. 1759. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 12.

Corresp. de div. com o gov. 1660-1779. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 18.

Corresp. de div. com o gov. 1762. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 26.

Corresp. de div. com o gov. 1763. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 37.

Corresp. de div. com o gov. 1763-1788. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 44.

Corresp. de div. com o gov. 1765-1769. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 66.

Corresp. de div. com o gov. 1769-1774. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 101.

Corresp. de div, com o gov. 1770. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 103.

Corresp. de div. com o gov. 1770-1770. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 114.

Corresp. de div. com o gov. 1778-1798. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 191.

Provisões e cartas regias. 1742-1758. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 1.087.

Cerresp. de div. com o gov. 1800-1801. Cod. manuscr. do Arch. Publ. do Pará, n. 1087.

Livros de actas do Conselho Municipal de Gurupá. Periodo da Republica.

Palma Muniz—Mappa do Municipio de Gurupá.

# DO AUCTOR

PATRIMONIOS DOS CONSELHOS MUNICIPAES DO ESTADO DO PARÁ.—Estudo da propriedade territorial dos municipios do Pará, com trinta e seis mappas lithographados. Aillaud & Cia. Pariz. 1904.

INDICE GERAL DOS REGISTROS DE TERRAS (1ª serie).—Indice alphabetico dos posseiros de terras do Estado do Pará, distribuidos por municipios, contendo os registros feitos no periodo da Republica (1891—1912)—Publicação official em sete volumes. Imprensa official:

*I volume.*—Municipios da Capital, Abaeté, Acará e Anajás. 1906.

*II volume.*—Municipios de Affuá, Alenquer, Almeirim, Aveiro, Bagre, Baião e Bragança. 1907.

*III volume.*—Municipios de Breves, Cametá, Cachoeira, Chaves, Curralinho, Curuçá, Faro, Irituia e Igarapé-miry. 1907.

*IV volume.*—Municipios de Iiaituba, Macapá, Maracanã, Marapanim, Mazagão, Melgaço, Mocajuba e Mojú. 1908.

*V volume.*—Municipio de Monte-Alegre, Muaná, Obidos, Oeiras e Ourem. 1909.

*VI volume.*—Municipio de Portel, Porto de Móz, Prainha, Quatipurú, Salinas, Santarem, Santarem Novo, São Caetano de Odivellas, São Domingos da Boa-Vista, Soure, Souzel, Vizeu, Ponta de Pedras e supplemento de Abaeté. 1909.

*VII volume.*—Registro de titulos de posse nos termos do Decr. n. 1.577, de 5 de dezembro de 1908. 1913.

INDICE GERAL DOS REGISTROS DE TERRAS (2ª serie).—Indice alphabetico dos posseiros de terras que fizeram registros nos termos da lei 601, de 18 de setembro de 1850 e do Decr. n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, distribuidos pelas antigas freguezias (periodo do imperio, 1854—1889), com dois volumes publicados. Publicação official. Imprensa official:

*I volume.*—Freguezias da Sé, Sant'Anna, Santissima Trindade, Inhangapy, Beja e Conde, Barcarena, Bemfica, Bujarú, Abaeté, Alemquer, Almeirim, Aveiro e Baião. 1910.

*II volume.*—Freguezias de Bragança, Breves, Cairary, Boim, Pinhel e Cametá. 1913.

O MUNICIPIO DE ITAITUBA.—Dados historicos, estatisticos e limites municipaes. Ty. Gutenberg. Belem do Pará. 1906.

TERRENOS DISCRIMINADOS NA ZONA DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA.—Indice dos terrenos divididos, distribuidos pelos nucleos coloniaes

do Estado, com a indicação da respectiva occupação. Publicação official. Pará. 1908.

INDICE de titulos de terras expedidos na administração do Dr. Augusto Montenegro (1901—1908). Publicação official. 1909.

RELATORIO dos serviços da 3ª secção da Secretaria das Obras Publicas, Terras e Viação do Estado (terras, minas, colonização e immigração), em 1901. Annexo ao Relatorio geral da Secretaria. Publicação official. Imprensa official. 1902.

IMPOSTO TERRITORIAL.—Estudos sobre as taxas da lei estadoal do Pará n. 1.272 de 19 de novembro de 1912. 1913.

O INSTITUTO SANTO ANTONIO DO PRATA.—Noticia historica da sua fundação e desenvolvimento. Typ. da Livraria Escolar. Belem do Pará. 1913.

FORMULARIO DE TERRAS.—Apropriado ao regulamento de terras do Pará. Imprimerie E. Toso & Cie. Lausanne. 1913.

A ORLA MARGINAL DO RIO AMAZONAS NO TERRITORIO BRASILEIRO.—Estudo de geographia amazonica. Typ. Wiegandt. Pará. 1916.

A FAIXA TERRITORIAL DA REPUBLICA BRASILEIRA.—Estudo sobre a faixa reservada á União pelo art. 64 da Constituição Federal. Typ. Wiegandt. Pará. 1916.

IMMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.—Dados historicos e estatisticos (1616—1916). Publicação official. Imprensa official. 1916.

DELIMITAÇÃO INTERMUNICIPAL DO ESTADO DO PARÁ.—Estudo sobre os limites dos Municipios do Pará, constituindo o volume IX dos «Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará». Typ. do Inst. Lauro Sodré. 1916.

ALGUMAS REFLEXÕES sobre o 2º Memorial do Estado do Pará na pendencia de limites Pará-Amazonas.—Publicação official. 1916.

O OUTEIRO DE MARACÁ-ASSÚ E A SERRA DE PARINTINS.—Estudos sobre os limites Pará-Amazonas. Conferencia lida em sessão do Instituto Historico e Geographico do Pará. Imprensa official do Estado. 1918.

RELATORIO dos trabalhos dos delegados paraenses no Congresso de accordos de limites interestaduaes do Rio de Janeiro e no VI Congresso de Geographia de Bello Horizonte em 1919. 1919.

LIMITES PARÁ-GOYAZ.—Estudo sobre os limites do Pará. Conferencia lida no Club de engenharia do Pará. Imprensa official. 1920.

CASTANHAES DE ALENQUER.—Relatorio de verificação apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonino Emiliano de Souza Castro, governador do Estado do Pará em 1922. Typ. da «A Palavra». 1922.

HISTORIA DA INSTRUCÇÃO PUBLICA DO PARÁ.—Contribuição para o grande Diccionario do Instituto Historico Brasileiro, publicado no Centedario da Independencia do Brasil. 1922.

RELATORIO sobre os limites municipaes de Alenquer e Obidos. Typ. do Instituto Lauro Sodré. 1925.

CARTA GEOGRAPHICA DO MUNICIPIO DE BELEM.—(Estado do Pará). Publicação official do Municipio de Belem.—Paris. 1905.

CARTA DA ZONA DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA E DA COLONIZAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.—Publicação official. Paris. 1908.

A Adhesão do Grão-Pará á Independencia.—Estudo de historia do Pará no periodo de 1821 a 1823. Publicado na «Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará». Vol. IV. 1923.

Mappa do Estado do Pará com a divisão municipal (inedito). Copiado pela Commissão da Carta Geral da Republica Brasileira, para utilisação de dados.—1912.

Mappa da região limitrophe Pará-Amazonas (inedito). Organisado para estudo da questão de limites do Pará com o Amazonas. Copiado pela Commissão da Carta Geral da Republica Brasileira para utilisação de dados. 1926.

Mappa da região limitrophe Pará-Amazonas (inedito). Detalhe do mappa precedente, mostrando a occupação paraense. Copiado tambem pela Commissão da Carta Geral da Republica. 1916.

Grenfell na Historia do Pará 1823-24.—1927.

Indice dos Titulos de Legitimação de Posse (3.ª serie). Periodo da Monarchia. Periodo da Republica. (Em impressão). Edição official do Estado do Pará. Typ. do Instituto Lauro Sodré.

Secretaria de Estado
**de Cultura e**
**Economia Criativa**

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

# Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

**O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.**

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

**ACERVOS DIGITAIS**
https://beacons.ai/cdmam_sec

## FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
*cdmam@cultura.am.gov.br*
*acervodigitalsec@gmail.com*

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**